



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

de Souza MORAES, Luís Edmundo

Pode haver racismo na esquerda? Um estudo de caso

História (São Paulo), vol. 33, núm. 2, julio-diciembre, 2014, pp. 217-249

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221032780011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Pode haver racismo na esquerda? Um estudo de caso<sup>1</sup>

### Can there be racism in the left-wing? A case study

**Luís Edmundo de Souza MORAES**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.

Contato: [poshistoriarural@gmail.com](mailto:poshistoriarural@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo, busco discutir o fenômeno do antisemitismo no grande campo da esquerda no Brasil. Tomarei como caso o artigo intitulado “Os Donos do Sistema”, do publicista argentino Manuel Freytas, reproduzido em diversos blogs e sítios eletrônicos identificados com a esquerda. Por meio deste caso busco sugerir que o antisemitismo de Freytas não é “novo” e que o fato de ele aparecer “na” esquerda não deve significar que seja um fenômeno “da” esquerda.

**Palavras-chave:** Antisemitismo; racismo; Manuel Freytas.

**Abstract:** This paper discusses the phenomenon of anti-Semitism in the Brazilian left wing political field. It studies the article entitled “The owners of the system” (Os Donos do Sistema), by Manuel Freytas, published in blogs and sites identified with the left as a case of anti-Semitism. By studying this case it's suggested that anti-Semitism of Freytas is not "new" and the fact that it appears "on" the left should not mean that it is a phenomenon "of" left.

**Keywords:** Anti-Semitism; racism; Manuel Freytas.

### *Introdução*

O tema da existência de manifestações antisemitas na esquerda não é novo e, de tempos em tempos, ocupa o espaço público, sempre associado, de alguma forma, à política dos governos israelenses e, em alguns casos, ao próprio projeto sionista.

Nos momentos em que o tema vem a público, algumas posições diferentes se manifestam. Duas delas me interessam em particular por serem recorrentes nas abordagens do tema do antisemitismo na esquerda.<sup>2</sup> Por um lado, aquela que diz que a esquerda em nada se diferencia da direita antisemita quando faz críticas às políticas de governos israelenses em relação aos palestinos e até mesmo as críticas ao nacionalismo judaico (Sionismo). Neste caso, o que estaria em jogo seria uma *nova forma* daquele que já foi considerado “o mais antigo dos ódios”: o antisemitismo.<sup>3</sup>

Esta tese tem um duplo fundamento, explícito ou implícito: primeiramente, a ideia de que *a esquerda* constitui um campo homogêneo, e que quaisquer expressões ou manifestações de uma parte, seja ela grande ou pequena, é tomada como expressão necessária do todo. Mas, ao lado disto, há a ideia – dizem – de que o antisemitismo assume formas novas em um mundo em que o racismo, por falta de legitimidade, não pode se apresentar com suas próprias feições, disfarçando-se, assim, de crítica política a Israel e de recusa do projeto do Nacionalismo Judaico de construção de um Estado Judaico (*antissionismo*). Neste sentido, *antissionismo* e *antisemitismo* seriam a mesma coisa.

A posição oposta sugere que, pelo fato de a esquerda *ser esquerda* e o humanismo ter algum grau de igualitarismo e o internacionalismo como suas referências constitutivas, ela está *a priori* imunizada de qualquer risco de produzir ou reproduzir motivos, ideias e programas que pertençam à tradição do pensamento racista.<sup>4</sup> Desta forma, a crítica ao sionismo e a Israel, ou mesmo a negação de seu direito de existência, sempre que viesse “da esquerda”, deveria ser considerada somente crítica política legítima, e nunca uma expressão de racismo.

Ainda que contraditórias entre si e aparentemente distantes, estas duas teses têm pelo menos uma coisa em comum: ambas necessariamente conduzem ao erro.

No campo da pesquisa social, pela má generalização e pela ingenuidade metodológica, peca a percepção, expressa na primeira das teses, de que manifestações consideradas antisemitas podem ser tomadas como representativas do pensamento de esquerda. A única condição para que tal percepção se sustentasse seria a possibilidade de afirmar a existência de um grau de homogeneidade substantiva na esquerda (neste caso, na compreensão do que seria “o judeu”, “o judaísmo” ou o nacionalismo judaico), que, objetivamente, é inexistente.

Até mesmo um historiador altamente competente como David Cesarani desliza nitidamente ao reduzir a esquerda a um insustentável “singular” em seu “A Esquerda e os Judeus; os Judeus e a Esquerda”. (Cf. CESARANI, 2004). O curioso é que, apesar de mostrar ao longo do livro que é possível identificar no campo da esquerda desde atitudes filosemitas até atitudes antisemitas em momentos e lugares diversos, Cesarani não opta por ver essas diferenças como *diferenças*, mas como *ambiguidades* de um indivíduo-coletivo que vai *mudando de posição* ao longo do tempo. Em sua breve conclusão, ele chega ao ponto de falar de “descompasso entre expectativas da esquerda e aspirações judaicas” (CESARANI, 2004, p. 79), como se tanto “a esquerda” como “os judeus”, como grupo, pudessem ser tratados como *indivíduos-coletivos* aos quais fosse possível atribuir alguma *aspiração comum*. Certamente, parte importante das “mudanças de posição” e da “ambiguidade” desapareceria se “a esquerda” não fosse tratada como um corpo homogêneo, mas sim como um campo político constitutivamente múltiplo no qual a diversidade de atitudes em relação aos judeus sempre existiu.<sup>5</sup>

Por outro lado, a ideia de que a esquerda, *por ser esquerda*, está imune às mais diversas formas de preconceito e de estigmatização social é, no mínimo, uma crença ingênua, mas pode ser também cinismo declarado. Para que isso tivesse algum fundamento, seria necessário que uma das duas alternativas se verificasse: a) torna-se “de esquerda” alguém que já partilha de valores e concepções de mundo da esquerda (o que pressupõe tomar os valores como imanentes a indivíduos e que resistiriam a todos os processos de socialização); ou b) quando alguém adere, por meio de um partido ou grupo “de esquerda” à esquerda, o projeto de mundo e os valores “de esquerda” se impõem de tal forma que eliminam, por meio de um ato mágico e instantâneo, valores, práticas, e concepções de mundo anteriores à adesão política.

Estas ideias (e as alternativas que lhe dariam fundamento) são, obviamente, caricaturas. Porém, elas produzem um efeito prático poderoso, na medida em que esta *autoimagem* se estabelece e se naturaliza, funcionando como uma “blindagem”, como uma proteção contra acusações de que o preconceito e a discriminação estão presentes também no campo da esquerda. Mas a autoimagem não somente protege, tem também um efeito perverso: mesmo existindo denúncias de preconceito e estigmatização contra mulheres, homossexuais, negros etc., e iniciativas institucionalizadas de combater a estigmatização e o preconceito em organizações de esquerda (que representam o *reconhecimento institucional* de que isto é um problema), esta autoimagem em alguns casos dificulta e em outros impede que se considere e se enfrente seriamente a questão.<sup>6</sup>

Neste artigo, tomarei o texto do publicista argentino Manuel Freytes chamado “Os donos do Sistema”, que foi o pivô de uma representação por crime de racismo movida contra uma das organizações que o publicou, como um caso para discutir o fenômeno do racismo no campo da esquerda.<sup>7</sup> O artigo será tomado aqui como *documento* que *demonstra* a possibilidade deste tipo de manifestação de antisemitismo neste campo político.

Tenho como expectativa demonstrar que o artigo é antisemita e sugerir que aquilo que permite verificar que ele é antisemita, ou seja, se o tratamento dado a Israel e ao nacionalismo judaico são manifestações antisemitas ou não, não é nada de “novo”, mas são elementos constitutivos do antisemitismo político moderno, gestado no século XIX, e necessariamente presentes em quaisquer manifestações antisemitas.

### **1. Antisemitismo: o conceito como problema**

No terreno das ciências sociais, refletir sobre o problema do antisemitismo na esquerda exige que deixemos de lado os pontos de partida *interessadamente* ingênuos e transitemos pelo acidentado terreno das definições de antisemitismo. O volume e a diversidade de trabalhos que tratam do tema do antisemitismo é impressionante, eles enfatizam ora problemas de gênese, ora de

função e também de amplitude e de caracterização do fenômeno, e há uma diversidade enorme de estudos de caso.<sup>8</sup> Isto torna o trabalho difícil. Mas, além disso, a tarefa não é simples por três razões que dizem respeito ao próprio uso do conceito.

Inicialmente, o termo *antisemitismo* apresenta sentidos variados no tempo e no espaço, pode significar coisas distintas que dependem de quem, de quando e de onde ele seja acionado, e que podem englobar um conjunto maior ou menor de fenômenos, ou mesmo fazer com que uma mesma manifestação seja descrita como antisemita em um momento e não em outro.

Essas variações de sentido do que seja antisemitismo encontram um exemplo eloquente na afirmação, muito comum *em nossos tempos*, de que antissionismo é *sinônimo* de antisemitismo.

Ainda que seja comum considerar que o antisemitismo, em nossos tempos, se manifesta *também* por meio do antissionismo, o que é empiricamente correto, não há muita dúvida de que a forma radicalizada desta atitude (a percepção de que o antissionismo “é”, antes de qualquer coisa, a forma mais recente de antisemitismo) esbarra em um limite claro: nem sempre o antissionismo foi considerado antisemitismo, e nem mesmo as pessoas que defendem este ponto de vista mais radicalizado tomariam *todas* as manifestações de antissionismo como verdadeiramente expressões de antisemitismo.

O termo *antissionismo* foi utilizado historicamente para descrever coisas distintas entre si e nem sempre de acordo com as autodefinições dos atores em jogo. Interessam-me três delas: 1) a recusa por parte de algumas tradições do judaísmo europeu (a liberal, a socialista e a religiosa ortodoxa), especialmente no período anterior ao Extermínio Nazista durante a Segunda Guerra Mundial, em reconhecer a solução proposta pelo nacionalismo judaico de construir um Estado na Palestina; 2) a recusa de que o Estado de Israel se defina como um Estado Nacional Judaico e a apostila em soluções distintas daquela do nacionalismo judaico para Israel. Esta recusa se dá tanto por parte do socialismo não nacionalista como pelo Partido Comunista de Israel e da chamada nova esquerda israelense dos anos 60, até um *nacionalismo de novo tipo*, representado pelo projeto de fazer de Israel um Estado de *nacionalidade Israelense* do chamado pós-sionismo e, não raro, associado à crítica às políticas de governos Israelenses, em especial no que diz respeito à ocupação de territórios palestinos e à forma de encaminhar a solução de dois estados; 3) a recusa, não raro associada ao antisemitismo, ao direito de existência do Estado de Israel e do nacionalismo judaico (que se expressa por motivações distintas em um largo espectro político, abrangendo desde a extrema-direita, passando pelo fundamentalismo islâmico e indo até a extrema-esquerda).

Tomemos o primeiro dos casos: a resistência generalizada de judeus europeus de fins do século XIX e da primeira metade do século XX ao nacionalismo judaico (sionismo) nunca foi seriamente considerada antisemitismo. Por um lado, havia uma grande quantidade de judeus que viam no sionismo um risco para sua integração às sociedades nas quais se enraizaram (em especial

na Alemanha, na França e na Áustria). Por outro lado, a esquerda judaica antissionista trabalha com a ideia, herdada do ambiente mais amplo do socialismo europeu (e em especial do marxismo), de que o nacionalismo em geral, incluindo-se aí o nacionalismo judaico, nada mais era do que um projeto político burguês que contradizia os fundamentos de um projeto político socialista-internacionalista para a classe trabalhadora. Por último, o antissionismo de matriz religiosa via no sionismo a transgressão do princípio segundo o qual os judeus seriam conduzidos à terra prometida pelo Messias, quando este viesse. O sionismo era tomado então como violência secularizada ao sagrado. Essas três matrizes de resistência ao sionismo nunca foram seriamente consideradas disfarces do antisemitismo, e nem o poderiam ser. (Cf. STEIN, 2011, p. 27-29).

Isto significa que procuraríamos em vão por um terreno seguro para definir *antisemitismo* nos múltiplos significados historicamente assumidos pelo conceito ou nas manifestações mesmas que são tomadas como sua expressão: de fato, nunca foi possível separar uma manifestação específica daqueles critérios que fazem dela uma manifestação antisemita ou não. Em alguns casos, a classificação de um ato como antisemita ou não depende de quem são aqueles que agem, ou dizem coisas não daquilo que é dito ou que é feito.<sup>9</sup>

Neste sentido, antisemitismo deve ser pensado como um *termo classificatório*, que ordena um conjunto de manifestações *depois* de definidos os critérios daquilo que deve ser visto como “antisemitismo”. E, ao fazer isto, instituem-se manifestações como antisemitas ou não por meio de um ato que, nas palavras de Pierre Bourdieu, tem o poder de “fazer ver e de fazer crer” e que se efetiva ao definir “o dado pela enunciação”. (Cf. BOURDIEU 1989, p. 14).

Em segundo lugar, definir *antisemitismo* como conceito sempre foi uma tarefa complexa pela diversidade de motivações, dos efeitos e das próprias formas de expressão de hostilidade em relação aos judeus. Perceber as motivações como diversas retira, definitivamente, de cena o próprio *objeto da discriminação* no esforço de definição do conceito. Com frequência, “os judeus” foram tomados como o motor último que daria sentido ao termo ou que explicaria o fenômeno, na busca por um “núcleo-de-verdade” nos fenômenos de discriminação social negativa – o chamado *kernel-of-truth approach* (FISCHER, 2007, p. 6-8) – que toma as *pessoas discriminadas* como fundamento mesmo da discriminação e do preconceito. Paralelamente, o leque possível de formas de manifestação e dos efeitos (sobre indivíduos ou grupos) de atos de estigmatização é tão amplo e dependente de um número tão grande de variáveis que não oferece qualquer segurança para que se limitem ou se especifiquem “efeitos” que seriam “próprios” do fenômeno do antisemitismo ou motivados exclusivamente por ele. Pode-se dizer, assim, que uma definição de antisemitismo que buscasse um *motor*, uma *finalidade* ou *formas comuns* pelas quais ele se manifestaria, andaria em um terreno altamente instável pelo fato de o antisemitismo não ser nem “um fenômeno monolítico”

nem “uma manifestação homogênea”. (BERGMANN; WYRWA, 2011, p. 2; BENZ, 2004, p. 9-26 e 234-241).

Por último, o terreno das definições é pouco firme também pelo fato de que não se pode, sem alguma prevenção, tratar mais abstratamente do fenômeno do antisemitismo no campo das ciências sociais desconsiderando-se que o conceito, antes mesmo de haver sido incorporado a seu instrumental analítico, foi criado e é usado com alguma regularidade com propósitos estritamente políticos. Isto faz com que, neste âmbito, ele seja um termo pouco ou nada permeável a definições que o tornem um conceito analítico próprio do terreno das ciências sociais.

De fato, em diversos momentos em que é aplicado, o termo “antisemitismo” se tornou instrumento acusatório/intimidatório em um terreno de disputas propriamente políticas sobre quais tipos de manifestação sobre Israel e sobre o sionismo devam ser consideradas legítimas e também sobre quem teria o direito de avaliar a sua legitimidade. Com destaque, aqui está a já mencionada equação “antissionismo = antisemitismo”, visto que o que a justifica não é necessariamente a preocupação de que haja ferramentas analíticas úteis para a pesquisa nas ciências sociais, mas ao que tudo indica, em alguns casos, exclusivamente a expectativa de ter uma boa ferramenta para a luta política. E a acusação de antisemitismo pode ser um poderoso estigma social e político.<sup>10</sup>

Na busca de um conceito operativo de antisemitismo, parto da ideia, que me parece produtiva, de que antisemitismo não é necessariamente uma forma de preconceito, considerando-se que o *pré-concebido* pode ser visto como uma *percepção apressada* (e errada) do mundo. Ao ser considerado *necessariamente* um “erro de percepção”, isto implicaria a possibilidade de o *preconceito* ser superado pela “tomada de consciência” do preconceito por meio do esclarecimento e do conhecimento. Ainda que o preconceito seja, sem a menor dúvida, uma variável de fenômenos como o antisemitismo, ela, definitivamente, não é a única. Não raro, o antisemitismo é pura e simplesmente uma manifestação ou ato de estigmatização e segregação, comum a outros fenômenos de mesmo tipo, movidos por um leque enorme de razões potenciais que vão do ódio e do ressentimento ao medo. Adorno nos ajuda a pensar sobre isto quando sugere que “a propaganda antisemita não é completamente irracional”. E continua:

O termo, irracionalidade, é muito vago para descrever suficientemente um fenômeno psicológico tão complexo [...] com toda a sua lógica torta e distorções fantásticas [...]. Se é para ser chamado de irracional, então trata-se de irracionalidade aplicada em vez de espontânea, uma espécie de psicotécnica [...]. (ADORNO, 2002, p. 223; Cf., também, FISCHER, 2007, p. 9-10).

A ideia de uma operação proposital com o *irracional* sugere que podemos estar lidando não somente com o preconceito, mas também com uma *estratégia consciente*, orientada por uma visão de mundo racista. Isto significa que não estamos mais, necessariamente, no terreno da *falta de*

*conhecimento* ou do *erro* (sujeitos à correção lógica ou à refutação empírica), mas também no terreno de uma operação política impermeável à racionalidade e que toma a estereotipação como meio. Disto deriva que, na construção do conceito, devem ser consideradas tanto as manifestações de discriminação que são percebidas ou vividas como tais quanto as que não o são.

Partindo disto, proponho uma definição mínima e provisória que não considera nem os significados históricos do conceito, nem as motivações ou os efeitos de atos antisemitas, nem a percepção dos agentes sobre eles como variáveis decisivas para definir conceitualmente uma manifestação de antisemitismo. Esta definição pressupõe a presença de pelo menos duas ideias, que devem se apresentar necessariamente juntas e articuladas, seguintes.

- A. Inicialmente, a ideia decisiva para os antisemitas de que os judeus integram um povo singular e natural, constituído hereditariamente, organicamente conectado (um “corpo”) e internamente indiferenciado e imutável em seus elementos constitutivos fundamentais, ainda que isto não se expresse por meio do racismo tipicamente biológico.<sup>11</sup> Isto significa: a) que é possível identificar objetivamente um conjunto de elementos definidores do grupo (e de suas fronteiras), e b) que se pode observar o todo nas partes e por meio de cada uma das partes, em qualquer tempo. Isto faz com que se possa falar em “o judeu” como singular abstrato e em “os judeus” como *grupo corporativo* e *singular-coletivo*, permitindo-se produzir generalizações de ações individuais como representativas daquelas de todos “os judeus” como grupo.<sup>12</sup>
- B. A segunda ideia é a de que, para os antisemitas, há uma qualidade negativa constitutiva deste grupo supostamente natural, singular e homogêneo chamado de “os judeus”. Dependendo de quando, de onde e de quem observa, aquilo que é considerado negativo pode variar tanto em termos qualitativos quanto em termos quantitativos. Mas, no antisemitismo, as qualidades negativas estão sempre presentes. Deste ponto de vista, “os judeus”, como grupo corporativo ou cada um dos judeus, são por sua própria natureza um mal ou um problema para o mundo. Essas qualidades negativas, enraizadas na natureza mesma do grupo, são irremediáveis.

Estas duas ideias, para os antisemitas, são premissas em seu sentido pleno: axiomas que não precisam e nunca precisaram ser demonstrados.

Um dos motivos mais frequentes que materializam estas duas ideias (a de *grupo-corporação* e a de *grupo-mal*) se consolida na segunda metade do século XIX: trata-se da noção fantasiosa de que *os judeus* têm a tendência natural para a dominação o mundo. Neste momento, é sistematizado um “rumor” (ADORNO, 1951, p. 200) de que existe uma conspiração mundial dos judeus para controlar o mundo por meio de uma ação oculta, em especial no controle da economia e da política. Este é o elemento central do caso que vou discutir a seguir. O que quero sugerir neste artigo é que o texto de Manuel Freytes chamado “os Donos do Sistema”, que foi fartamente reproduzido em sítios

eletrônicos e blogs da esquerda (e que foi tomado como caso, exclusivamente por este motivo), é consistente com estes elementos definidores do fenômeno do antisemitismo.

## 2. O Encontro com Manuel Freytes e com “Os Donos do Sistema”

Manuel Freytes se define em seus artigos como *periodista, investigador, analista de estructuras del poder, especialista en inteligencia y comunicación estratégica. Es uno de los autores más difundidos y referenciados en la Web*. Ele também parece ser um dos gestores e talvez até mesmo fundador do sítio eletrônico *IAR-notícias*, um sítio com conteúdo típico do universo mais amplo da tradição da esquerda contemporânea. Seus textos circulam já há algum tempo em diversas páginas em português e em espanhol que se identificam com o grande campo da esquerda anti-imperialista.<sup>13</sup>

Eu conheci o artigo *Los Dueños del Sistema: El Poder Oculto: de Donde Nasce La Impunidad de Israel* de Manuel Freytes, que aparece pela primeira vez no sítio eletrônico *IAR notícias* em 2010,<sup>14</sup> quase por acidente. Por ser um pesquisador de movimentos políticos da extrema-direita contemporânea, em especial daquela que reivindica algum tipo de filiação ao nacional-socialismo e ao Terceiro Reich, transito com regularidade por sítios eletrônicos deste espectro político. A primeira vez que vi o artigo de Freytes foi durante um levantamento feito no sítio eletrônico em língua espanhola sugestivamente denominado “Editorial Streicher”.<sup>15</sup> O texto foi republished pelo *Editorial Streicher* em janeiro de 2011 sob as etiquetas (*tags*) “crônica”, “Geopolítica”, “Isra-hell”. Inicialmente, o conteúdo não chamou minha atenção por não destoar de forma significativa de outros materiais publicados pelo mesmo canal eletrônico em relação a Israel: um sítio nazista, tanto em suas definições como em sua apresentação visual, fartamente ilustrado com a cruz suástica e imagens de Hitler. (Cf. figuras 1 e 2).



Figura 1 – Fragmento inicial da página do *Editorial Streicher* com o texto de Manuel Freytes. Fonte: <http://editorial-streicher.blogspot.com.br/2011/01/manuel-freytes-la-impunidad-de-israel.htm>. Acesso: 31/01/2011.



Figura 2 – Algumas das imagens que ladeiam o texto de Manuel Freytes no *Editorial Streicher*.

Fonte: <http://editorial-streicher.blogspot.com.br/2011/01/manuel-freytes-la-impunidad-de-israel.htm>. Acesso:

31/01/2011.

A segunda vez que vi o texto de Manuel Freytes foi motivo de surpresa. Eu o encontrei no sítio eletrônico do Partido Comunista Brasileiro antes da ação movida pela Confederação Israelita Brasileira (CONIB) contra o PCB por ato de racismo.



Figura 3 - Fragmento inicial da página web do PCB com o texto de Manuel Freytes.

Fonte: [http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1724%3Aos-donos-do-sistema&catid=43%3Aimperialismo&Itemid=1](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1724%3Aos-donos-do-sistema&catid=43%3Aimperialismo&Itemid=1). Acesso: 30/01/2014.

Deixando de lado as hipóteses improváveis de casualidade arbitrária e de erro, o interesse da extrema-direita, em particular a que reivindica a tradição do nazismo, pelo artigo “Os Donos do Sistema”, publicado originalmente em um sítio de esquerda, nos impõe uma pergunta: o que pode fazer com que um texto escrito por alguém que se identifica com a esquerda possa ser apropriado por uma tradição política que, historicamente, a exclui e a contradiz? Qual terreno comum pode haver entre esse artigo e um sítio eletrônico nazista? O próprio texto oferece pistas para dar conta deste problema e que valem ser observadas de perto.

### **3. O Artigo “Os Donos do Sistema” de Manuel Freytes: estrutura, “tese” e “argumentos”**

O artigo se estrutura em três partes sequenciais: a) *O Poder Oculto*; b) *O Lobby Imperial* e c) *O Mito do Antissemitismo*. A primeira das partes é aquela na qual se apresenta a “tese”, que é a espinha dorsal de todo o artigo e em que o autor nos oferece elementos que dariam sustentação a essa “tese”, que vem anunciada no próprio título do artigo: “O Poder Oculto”.

Manuel Freytas parte da constatação de que há um silêncio mundial sobre os crimes cometidos pelos governos israelenses contra os palestinos, e aquilo que justifica esse silêncio em relação às políticas dos governos israelenses é o “medo” gerado pela existência de um “poder oculto” que não pouparia esforços para garantir a impunidade de Israel. Os contornos desse “Poder Oculto” começam a ser traçados no início do artigo. Por um lado, trata-se da ideia de que “Israel é o símbolo mais emblemático, a pátria territorial do sionismo capitalista que controla o mundo sem fronteiras”. O país é considerado uma “representação nacional de um poder mundial [...] que controla o planeta desde os bancos centrais, as grandes cadeias midiáticas e os arsenais nucleares militares”. (FREYTAS, 2010, I).<sup>16</sup>

Aos poucos, esta indicação vaga ganha feições mais nítidas e precisas por um mero ato de nomeação: o que sustentaria esse “poder oculto” são “grupos minoritários de origem judia”. Para Freytas, eles estão articulados em um “um sistema de poder econômico planetário (o sistema capitalista) de bancos e corporações transnacionais, com judeus dominando a maioria dos pacotes acionários ou hegemonizando as decisões gerenciais desde postos diretivos e executivos”. (FREYTAS, 2010, II). Isto ele nos diz para sustentar que Israel é a manifestação de “um sistema capitalista globalizado que controla governos, países, sistemas econômicos produtivos, bancos centrais, centros financeiros, arsenais nucleares e complexos militares industriais” (FREYTAS, 2010, IV), pelo simples fato de que “judeus” (ou pessoas “de origem judia”) “controlam” corporações e instituições do capitalismo.

Para Freytas, este controle do sistema capitalista exercido pelos judeus tem um propósito: nada mais é do que “um desenho estratégico de poder mundial que protege [o Estado de Israel].” Este poder “se concretiza mediante uma rede infinita de associações e vasos comunicantes entre o capital financeiro, industrial e de serviços”. (FREYTAS, 2010, V). Esta rede de instituições e corporações opera por meio de um lobby político: aquele exercido pelas “embaixadas estadunidenses e europeias [que] ditam e condicionam a política mundial e o comportamento dos governos, exércitos ou instituições mundiais oficiais ou privadas”. (FREYTAS, 2010, X).

De forma eloquente, Freytas sintetiza a tese indicando que os sionistas/judeus “são os donos invisíveis do planeta: os que manejam os países e presidentes por controle remoto, como se fossem títeres de última geração”. (FREYTAS, 2010, XI). A partir do sétimo parágrafo do artigo aparecem elementos que dariam sustentação a essa “tese”. A primeira evidência que Freytas oferece são os

nomes próprios de família. Estes parecem ser condição suficiente para dar fundamento à tese de que os judeus controlam o mundo. Sem muita cerimônia, ele sugere que

**quem se der ao trabalho de investigar o nome dos integrantes das diretorias ou dos grandes acionistas** das grandes corporações e bancos transnacionais estadunidenses e europeus que controlam desde o comércio exterior e interior até os sistemas econômicos produtivos dos países, tanto centrais como ‘subdesenvolvidos’ ou ‘emergentes’, poderá facilmente comprovar que (em uma importante maioria) são de origem judia. (FREYTAS, 2010, VII).<sup>17</sup>

Depois de dizer que os judeus controlam a economia, as finanças, as comunicações e o entretenimento,<sup>18</sup> ele volta à sua “tese” para concluir que isto “possibilita decisões planetárias de todo o tipo, na economia, na sociedade, na vida política, na cultura etc., e representa o aspecto mais definido da globalização imposta pelo poder mundial do sistema capitalista imperial”. (FREYTAS, 2010, XVI). Com uma limpidez rara de se ver (e infinitamente mais rara em textos desse grande campo da esquerda), a operação de Manuel Freytes aponta para a conclusão de que o que fundamenta a história do capitalismo é o controle das estruturas de poder do mundo exercido por judeus. Todo o resto é efeito deste controle. E, sob seu ponto de vista, este controle se dá independentemente das colorações políticas dos governantes de países que compõem o sistema planetário do capitalismo, sejam eles países centrais ou periféricos. Para ele, “governos dependentes e centrais são gerências (pela esquerda ou direita) que, com variantes discursivas, executam o mesmo programa econômico e as mesmas linhas estratégicas de controle político e social” (FREYTAS, 2010, XIX) típicas do que ele chama de “poder capitalista mundial judeu” (FREYTAS, 2010, XXXIII), que tem um papel decisivo na proteção do

Estado de Israel (pela ‘direita’ e pela ‘esquerda’) [e] está conformado por uma estrutura de estrategistas e tecnocratas que operam as redes industriais, tecnológicas, militares, financeiras e midiáticas do capitalismo transnacional estendido pelos quatro pontos cardeais do planeta. (FREYTAS, 2010, XLV).

E aqui não me parece possível fugir de uma pergunta que se impõe a partir da leitura: Se este “poder capitalista mundial judeu” é assim invisível, espalhado pelos quatro cantos do mundo, articulado e potente, qual a necessidade de ter e de proteger Israel, que seria, segundo o autor, o elemento articulador dos esforços deste “poder capitalista mundial judeu”? A pergunta não é fácil de ser respondida, e Freytes nos oferece não mais que umas poucas pistas para tratar do tema. E, em todos os casos, ele remete para algo que pode ser descrito como um “sentimentalismo nacionalista” de “os judeus” em relação a Israel. Os indícios para isto aparecem em três parágrafos:

Com uma população ao redor de 7,35 milhões de habitantes, Israel é o único estado

judeu do mundo. (FREYTAS, 2010, III).

Não se trata de Israel, senão do "Grande Israel", a pátria do judaísmo mundial (com território roubado dos palestinos), da qual **todos os judeus do mundo** se sentem seus filhos pródigos dispersos pelo mundo. (FREYTAS, 2010, XXXV – ênfase adicionada).

E os massacres do Estado de Israel seguirão, como até agora, impunes e protegidos pelas estruturas do sistema de poder mundial sionista capitalista que o considera como sua 'pátria territorial'. (FREYTAS, 2010, LI).

Em resumo, a linha de raciocínio de Freytas é relativamente clara: o sistema capitalista é constituído por uma rede de instituições globalmente ramificadas e controladas por judeus e por capitais transnacionais judaicos (o “poder capitalista mundial judeu” – FREYTAS, 2010, XXXIII), que manipulam governos de países centrais e periféricos que, sob sua batuta, protegem Israel.

#### **4. A “tese” de Manuel Freytas e sua longa tradição**

Estes trechos apresentados trazem duas ideias que são importantes tanto para Freytas quanto para os propósitos do argumento que desenvolvo aqui: a) a ideia de um poder mundial invisível, e b) a ideia de que esse poder pode ser caracterizado como judaico/sionista. Começo pelo último.

Este tipo de atitude em relação aos “judeus” (que Freytas se permite definir somente pelo “nome de família”) não é novo. Esta talvez seja uma das coisas mais importantes do artigo: o fato de fazer parte de uma família de escritos que reproduz os mesmos motivos e ideias, ainda que pintados com cores distintas. E aqui Manuel Freytas está acompanhado de nomes de peso. A ideia de que “os judeus” se encontram “instalados” em uma sociedade que não é a deles e que conspiram com o objetivo de dominá-la é um dos temas mais regulares do antisemitismo moderno e que ficou conhecido como *antisemitismo político*, surgido no século XIX.<sup>19</sup>

E, ainda que esta ideia seja uma constante, variam muito as formas políticas concretas por meio das quais os judeus conspirariam contra “as sociedades que os acolheram” com o propósito de controlá-las. Aquela que é, talvez, a forma mais sistematizada desta ideia se encontra nos já infames “Protocolos dos Sábios do Sião”, a ferramenta do antisemitismo político mais difundida e que é considerada a expressão clássica e paradigmática do mito da conspiração judaica mundial e distribuída até hoje em todas as línguas publicadas. (Cf. COHN, 1969, p. 67 et. seq.; BENZ, 2004, p. 174 et. seq. e BRONNER, 2000, p. 71 et. seq.).

Os “Protocolos”, hoje sabe-se bem, são uma falsificação. Ao que tudo indica, eles foram produzidos por ordem de Piotr Ivanovitch Rachovsky, que chefiava a agência estrangeira da Okhrana, a polícia secreta do Império Tzarista, criada em 1881. Eles fingem ser o resultado protocolado de uma reunião de anciões judeus que indicariam os métodos e os objetivos de suas ações para a realização do plano de conquista do mundo por meio da destruição de seu ordenamento

presente (a autocracia do Império do Tzar). Os protocolos são a reescrita e a reprodução de fragmentos de escritos antisemitas anteriores, em especial do livro *Dialogue aux Enfers*, de Maurice Joly, com muitos trechos copiados integralmente. Publicados pela primeira vez em 1903 pelo jornal Znamya (A Bandeira), do editor antisemita russo P. A. Krusjevan, os protocolos reproduzem fartamente a ideia de um centro que coordenaria a atividade dos judeus do mundo.

Denunciados como falsificação desde 1921, os “Protocolos” lançam mão de um mecanismo relativamente engenhoso para retirar a legitimidade das diversas formas de oposição ao regime Tzarista e para justificar publicamente os ataques antisemitas levados a efeito no Império Russo. Esse mecanismo é o da associação “dos judeus” ou “do judaísmo” com o liberalismo e a democracia, que seriam os instrumentos utilizados para vencer o último bastião de resistência contra a judaização da Europa: a Aristocracia, em especial a aristocracia russa.<sup>20</sup> O texto dos “Protocolos” sugere que os programas republicanos, liberais ou democráticos, foram criados para atender a um plano elaborado e longamente perseguido de derrubada da aristocracia europeia. Ao estabelecerem esta associação, os “Protocolos” servem de instrumento tanto para retirar a legitimidade dos grupos que fazem oposição ao regime autocrático russo, em um ambiente em que o antisemitismo estava socialmente enraizado, quanto para dar suporte concreto, material para as fantasias antisemitas, ao sugerir que se trouxe a público um documento secreto dos líderes judeus do mundo.

Contudo, somente o olhar muito desatento não se dá conta de que a suposta “denúncia”, nesse caso, desvela não o objeto mesmo da denúncia, mas o próprio denunciador e seus propósitos: a luta contra o republicanismo e o liberalismo:

Nós fomos os primeiros, há tempos, que atiraram às massas mais baixas do povo as palavras “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Estas palavras foram repetidas muitas vezes desde aqueles dias por estúpidos papagaios que, de todos os lados, caíram nesta isca. [...] Com elas foi-se o bem-estar do mundo, que era antes bem protegido contra a pressão das multidões. [...] Aqueles que, entre os goyim,<sup>21</sup> se consideravam sábios, os intelectuais [...] não se deram conta da contradição entre os significados e a justaposição destas palavras. Eles não viram que na natureza não há igualdade, não pode haver liberdade e que a própria natureza determinou a desigualdade imutável dos espíritos, do caráter e das habilidades dos homens, assim como a subordinação às suas leis. [...] E, todas as vezes essas palavras foram como insetos que perfuravam o bem-estar dos goyim, corroíam a paz, a tranquilidade e a unidade, destruindo todas as bases de Estados não-judeus. [...] [Nos deram] o nosso principal trunfo: a destruição dos privilégios [...] a destruição da própria aristocracia dos goyim, que era a classe que representava a única proteção que os povos e países tiveram contra nós. Sobre as ruínas da linhagem aristocrática natural do goyim, temos construído a aristocracia da nossa classe educada liderada pela aristocracia do dinheiro. [...] Quando injetamos o veneno do liberalismo no organismo do governo, todo o seu aspecto político foi alterado. Os Estados foram tomados por uma doença, pelo envenenamento de seu sangue. Precisamos apenas esperar pelo fim de sua agonia. O liberalismo cria estados constitucionais, em vez do poder autoritário anterior, que era a única salvaguarda dos goyim. [...] Em seguida, a era das repúblicas tinha vindo; e então substituímos

o governante por uma caricatura de um governo – por um presidente do povo [...]. Esse foi o explosivo que colocamos nos fundamentos dos Estados dos *goyim*, de todos os Estados não-judeus. (FRITSCH, 1933, p. 13; 32)

É imediatamente visível que, embora o motivo seja o mesmo, a roupagem é outra: a conspiração, a manipulação são agora travestidas não do imperialismo capitalista de Freytas, mas do liberalismo republicano dos que lutavam contra o Tzarismo. O que os *Protocolos*, entretanto, sugeriram é que a dominação ainda não tinha se realizado, visto que o império autocrático do Tzar e a aristocracia russa ainda estavam de pé. Em Freytas, ao contrário, o plano de dominação já tinha sido concluído, e o capitalismo judaico seria a prova disto.

Avançando um pouco mais no tempo, o motivo se mantém, mas, mais uma vez, com roupas novas. Se no século XIX o antisemitismo aristocrático dos *Protocolos* tomava o republicanismo e o liberalismo como instrumentos da judaização do mundo, a Revolução Russa de outubro de 1917 fez com que o pêndulo das acusações mudasse de lado. Com ela, “os judeus”, mais uma vez como objeto de denúncias e de acusações de conspiração, foram tomados como os responsáveis pela tentativa de desestabilizar o mundo para conquistá-lo por meio do marxismo e, em especial, do bolchevismo e da ideia de revolução. E a extrema-direita faz largo uso desta associação, e em suas mãos judaísmo passa a ser sinônimo de marxismo, de socialismo e de bolchevismo.

Julius Streicher, o mesmo que dá nome ao sítio eletrônico que republicou o artigo de Manuel Freytas, também não deixava dúvidas sobre a vinculação entre o judaísmo e o “perigo vermelho” representado pelo bolchevismo. Esta era uma verdadeira obsessão de Streicher, que nunca deixa de chamar atenção para o fato de que o socialismo e a maçonaria são os instrumentos do “judaísmo mundial (*Weltjudentum*)” para alcançar seu objetivo de dominar o mundo. (Cf. STREICHER, 1938, p. 29). Em seus discursos, “os judeus” – tema onipresente – são sempre abstratos, imaginários e coordenados mundialmente por algo como uma “internacional judaica”. Exemplar é o discurso feito em 21 de abril de 1932 em Nürnberg intitulado “os judeus são nossa desgraça”:

O judeu não luta aberta e livremente como o alemão. Ele luta sorrateiramente, em segredo [...]. Tudo o que a luz amedronta, o que precisa se esconder do raio brilhante de sol divino, tudo isto acompanha os judeus [...]

Os judeus não são uma nação como outros povos. Eles não possuem um país específico e uma área limitada, mas vivem espalhados entre todos os povos da terra. Nunca o judeu anda atrás do arado, nunca ele fica na bigorna. Ele parasita outros povos e é alimentado pelas nações anfitriãs. Se você acredita que os judeus espalhados pelas várias nações também têm objetivos diferentes, então você está se iludindo. TODOS OS JUDEUS TÊM UM OBJETIVO COMUM: O DOMÍNIO DO MUNDO! (STREICHER, 1938, p. 130, grifo do autor).

Na 49<sup>a</sup> edição da revista do “Manual da Questão Judaica” (*Handbuch der Judenfrage*), publicado originalmente por Theodore Fritsch – um dos escritores e publicistas antisemitas de

maior projeção na Alemanha durante a República de Weimar e o regime nazista, os judeus são considerados responsáveis por coisas “que são aparentemente muito distantes do judaísmo, mas [que] surgiram a partir de sua mente; eles podem ser vistos na Revolução Francesa de 1789 e em suas consequências, no liberalismo, na economia monetária da alta finança, na plutocracia, no marxismo e no bolchevismo”. (FRITSCH, 1944, p. 337).

Para a direita, e em especial para a extrema-direita, ainda que tenha perdido em legitimidade pública, a ideia de que os judeus conspiram para dominar o mundo por meio dos princípios do liberalismo ou do socialismo é recorrente. Há pouco mais de dez anos, quando completava 22 anos à frente do regime, o então primeiro ministro da Malásia declarou, na abertura do encontro de cúpula da Organização da Conferência Islâmica (OIC), em Putrajaya, que

Os europeus mataram 6 milhões de judeus de 12 milhões [durante o Holocausto]. Mas hoje os judeus dominam o mundo por procuração. Fazem com que outros lutem e morram por eles. Eles inventaram o socialismo, o comunismo, os direitos humanos e a democracia para que o ato de persegui-los parecesse ser errado e para que eles pudessem desfrutar de direitos iguais aos dos outros. Com isto eles agora ganharam o controle dos países mais poderosos. E eles, esta pequena comunidade, tornou-se uma potência mundial. (DR. MAHATHIR MOHAMAD).

Mas se o bolchevismo, o socialismo, o liberalismo, a democracia são apresentados como instrumentos de controle do mundo usados pelos judeus, o capitalismo é também tomado como meio de dominação dos judeus. Este é um tema regular no antisemitismo nazista e formulado por Adolf Hitler, já na década 1920, em seu livro *Minha Luta*:

O Estado Judeu nunca foi limitado, mas universalmente ilimitado em termos espaciais, mas é, em compensação, limitado pela constituição de uma raça. Assim, este povo constitui sempre um estado dentro dos estados. [...] O Judeu, por meio do mercado de ações, mergulha nas artérias da produção nacional e a submete ao seu controle. [...] A influência judaica sobre a economia por meio do mercado de ações [faz com que] ele se torne o dono ou o controlador da potência produtiva nacional. [...] Tanto os governantes como os níveis mais altos da burguesia política e econômica caem, desta forma, em sua rede sem que eles se deem conta disto. (HITLER, 1943, p. 199; 344-345).

Joseph Goebbels, em um discurso pronunciado no Sportspalast de Berlin em 18 de fevereiro de 1943, quando a situação dos exércitos alemães na União Soviética era crítica, retoma este tema, sugerindo que bolchevismo e capitalismo seriam dois disfarces do judaísmo no mundo:

O bolchevismo desde sempre proclamou abertamente que seu objetivo é o de revolucionar não só a Europa, mas o mundo inteiro e mergulhá-lo em um caos bolchevique. [...] O objetivo do bolchevismo é a revolução mundial dos judeus. Eles querem introduzir o caos na Alemanha e na Europa para que, na desesperança e desespero do povo, possam estabelecer a sua tirania capitalista disfarçada, sua

tirania internacional bolchevique. [...] O Judaísmo já penetrou espiritual e politicamente de forma tão profunda nos estados anglo-saxões que eles não querem ver nem admitir esse perigo. Com ele se disfarça na União Soviética de bolchevismo, ele também se disfarça nos países anglo-saxões do capitalismo plutocrático. (GOEBBELS, 1944, p. 172-173; 177).

*Plutocracia* é o conceito que parece representar melhor a retórica anticapitalista do nazismo. No anticapitalismo nazista, o conceito de *plutocracia* é tomado como sinônimo do domínio judaico-capitalista do mundo por meio do domínio da política pelo “dinheiro improdutivo” derivado das finanças e do comércio (o “capital ruim”), diferenciado do “capital bom”, ligado à manufatura/indústria e à terra.<sup>22</sup>

Aquilo que parece diferenciar o artigo de Freytes da forma como a extrema-direita nazista trata o tema é o fato de que Freytes não sugere explicitamente que o comunismo e o socialismo sejam parte dos instrumentos utilizados pelos judeus para conspirar contra o mundo. Mas, para além desta diferença pontual, há uma identidade fundamental entre Manuel Freytes, os *Protocolos* e os Nazistas: a sugestão de que “os judeus” são sempre os responsáveis.

## **5. As “Teses” de Manuel Freytes e seus Fundamentos**

Dois elementos no artigo de Freytes me parecem decisivos para tratar dos fundamentos de suas “teses”: a falta de necessidade de demonstrá-las e o uso do *singular-coletivo* “os judeus”.

O primeiro destes traços nos diz muito sobre a sua percepção de que as afirmações apresentadas são *autoevidentes*. E esta é uma característica de todos esses textos: eles se fundamentam por meio de afirmações que são tomadas de tal forma como evidentes que não exigiriam que fossem submetidas a qualquer prova exterior a elas mesmas para demonstrar sua validade (as afirmações não são nunca demonstradas). Este é um traço estrutural de textos típicos do fenômeno de estigmatização social, dos quais o racismo é somente um caso. Ainda que no texto de Manuel Freytes existam sempre partes que parecem funcionar como “demonstração” das “teses” propostas, é inegável que se trata de um recurso retórico visto que aquilo que parece ser o resultado do processo analítico (os judeus dominam o mundo) é, na realidade, sua condição, seu pressuposto axiomático: a ideia de que o domínio exercido pelos judeus no mundo não carece de evidências.

Não é casual que a parte em que ele supostamente “apresenta” as “evidências” seja, de fato, a mais caricatural do artigo. O texto perde em eloquência e se torna não mais que evasivo: *nomes de pessoas* indicam que elas pertenceriam a um grupo que controla o mundo, o que seria evidenciado pelo “fato” de que este grupo teria o controle acionário de empresas e instituições que dirigem o capitalismo. Este mesmo grupo possuiria um programa político partilhado por todos os seus membros e seria fundado no sentimentalismo nacionalista em relação à “sua” terra e que, para

protegê-la, se desgastariam para manejar o mundo *contra toda a racionalidade política e econômica*.

Aqui me permito abrir parênteses e seguir, até um certo ponto, o raciocínio de Freytes: se o *poder invisível* é tão ramificado, tão instituído e institucionalizado, se controla governos de países centrais e periféricos, se controla a esquerda e a direita, o patriotismo por um território pequeno no Oriente Médio não se justificaria do ponto de vista político. Em termos econômicos, isto também não se justificaria, considerando que ele é menos fértil e tem menos riquezas minerais que outros espalhados no mundo, desindustrializado em 1948 e que exigiu um volume enorme de recursos materiais para que fosse constituído como “pátria do judaísmo mundial”. Como Freytes considera as razões religiosas irrelevantes, o cálculo político e econômico que ele atribui ao “poder capitalista mundial judeu” se explica pouco. E, com isto, a questão que se mantém é: por que Israel seria tão necessário a um poder que já controla o mundo e que, podemos supor, seria menos exposto e exigiria de si menos investimentos se não existisse e se continuasse “espalhado entre todas as nações”, controlando as suas vidas de forma invisível e por dentro? Isto fica, como algumas outras perguntas, sem resposta, porque a resposta denunciaria o raciocínio falacioso de Freytes.

E a evidência de que “os judeus” controlam as empresas que controlam o mundo não é menos caricatural: “quem se der ao trabalho de verificar poderá comprovar...” Nada mais que isto. Nenhuma referência a uma percentagem ou um número absoluto de “pessoas de origem judaica” que, sendo acionistas de megaempresas, as controlam. Nenhuma menção de onde estas informações teriam sido obtidas por Freytes: relatórios, listas de acionistas, listas de diretores ou de presidentes de empresas. Nada. Permito-me aqui especular: penso que se ele tivesse informações como essas (se ele tivesse se dado o “trabalho de verificar” os *nomes*), elas teriam sido incorporadas ao artigo, porque seriam prova elegante de que a maioria dos acionistas de megaempresas seriam “os judeus”. E isto poderia dar uma aparência de verdade à ideia de “controle do mundo”.

Mas, o decisivo é que essas informações não só não são importantes, como é importante que, no caso de Freytes, elas não apareçam. Se ele se entregasse “ao trabalho de verificar”, tudo poderia ficar menos claro e mais complexo, talvez sugerindo tratar-se não de dominação de um “povo”, mas de uma “classe” ou outra coisa qualquer. Para que o argumento de Freytes pareça sustentar-se, é absolutamente vital a ideia de que pessoas com nomes judeus (o que, para ele, é o mesmo que “os Judeus”) controlam as empresas por meio do mercado de ações ou por estarem em posições decisivas em sua cadeia de comando. Assim, para ele, é importante evitar colocar sob escrutínio esta equação: o judeu controla empresas. A experiência, o mundo objetivo, atrapalhariam Freytes.

Em seu “Antissemitismo e propaganda fascista”, Adorno sugere que “este método não só ilude os mecanismos de exame racionais, mas também faz com que seja psicologicamente mais

fácil para que o ouvinte o ‘acompanhe’’. Ele não tem a necessidade de pensar rigorosamente, mas pode nadar em fluxo de palavras, ao qual ele se entrega passivamente”. (ADORNO, 2002, p. 223). Também em Sartre, “o antisemitismo é coisa bem diferente de um pensamento. É antes de tudo uma paixão. [...] Longe de a experiência gerar a noção de judeu, é esta que dá sentido à experiência”. (SARTRE, 1995, p. 11-12). Este é um traço fundamental da produção de estereótipos e de estigmatização social que o aproxima, em sua fundamentação, do pensamento mágico e religioso e o coloca fora da tradição racionalista ocidental. Trata-se aí, como indica com precisão Stephen Bronner,

em termos políticos e práticos, de uma questão de fé: argumentos se tornam legítimos na medida em que eles sustentam a afirmação feita com base na fé. O antisemitismo pressupõe uma crença no poder totalizante de um judeu mal. (BRONNER, 2000, p. 8).

E para o tipo de fé exigido pelo texto – a crença firme na ideia de que os judeus dominam o mundo – as evidências não só não ajudam, mas atrapalham. Esta qualidade irracional do antisemitismo, Daniel Levingston já a dizia em 1950:

se destaca mesmo em discussões casuais do cotidiano. O fato de que as pessoas fazem afirmações gerais sobre “o judeu”, quando os judeus são realmente tão heterogêneos – pertencem a todas as classes socioeconômicas e representam todos os graus de assimilação – é uma prova viva dessa irracionalidade. Este contraste entre a complexidade real dos judeus e sua suposta homogeneidade sugeriu a hipótese de que o que as pessoas dizem contra os judeus depende mais de sua própria psicologia do que com as características reais dos judeus. (LEVINGSTON, 1969, p. 57).

Ao lado do irracionalismo como elemento constitutivo, um segundo traço me parece decisivo no artigo de Manuel Freytes, que diz respeito ao uso do singular-coletivo “os Judeus”. Isto diz respeito a um outro tipo de operação que, mesmo explícita, nem sempre se mostra visível. É mais fácil vê-la se tomamos sua falsa premissa como verdadeira: imaginando que seja verdade que a maioria das empresas e bancos no mundo são controlados por “os judeus” e imaginando que ele tivesse feito alguma investigação para nos apresentar evidências disto, ainda assim seria necessário perguntar: qual é a importância desta “informação”? Por que Manuel Freytes, Streicher, Mahavir, Hitler repetem isto incansavelmente? Que conhecimento esse tipo de informação nos traria que, sem ela, não teríamos? Esta é uma pergunta que considero fundamental para que pensemos a ponte feita por Freytes entre indivíduos, grupo e política e que explica a verdadeira obsessão deste autor em nos mostrar que “nomes judeus” e “origem judaica” são relevantes para análises políticas.

Se compararmos esta forma de chamar atenção para este “fato” que Freytas toma por relevante com outros “fatos” de mesma ordem, aos quais ele não dá importância alguma, outra coisa se ilumina. Freytas trata dos acionistas individuais de empresas, que ele está *certo* de serem “judeus”, de forma diferente de como trata outros acionistas individuais que não são judeus. Ele não busca saber (nem fala) quantos “cristãos” ou “budistas” são acionistas de empresas. Nem nos diz quantos “chineses”, “sauditas”, “alemães” estão entre as maiores fortunas do mundo. Não nos diz quantos “árabes” ou “latino-americanos” estão em diretorias de bancos ou de “megaempresas do capitalismo sem fronteiras”. E ele não faz isto porque a ele não parece ser relevante que a maioria de acionistas de uma empresa sejam cristãos ou muçulmanos, budistas ou chineses, sauditas ou alemães, árabes ou latino-americanos.

A questão aqui é simples: se isto importasse, ou seja, se ele imaginasse que este seria um conhecimento significativo para a análise política, ele nos teria dito. Mas ele só se importa com “os judeus”. E isto desvela a estrutura de pensamento de Freytas., cujo raciocínio segue um *sentido aparente*: partiria da observação de duas situações e, depois de investigar, chegaria a duas constatações: I) Israel é um estado judaico; II) Israel comete crimes continuamente porque é protegido por governos. A partir destas premissas surgiria o interesse em investigar seus fundamentos, o que traz como resultado duas constatações progressivas: a) governos são controlados pelo capitalismo b) o capitalismo é controlado por “os judeus” que querem proteger o Estado Judaico.

Mas esta linha de raciocínio é simplesmente aparente. Na realidade, o sentido é inverso: como Israel é um estado *judaico*, sua situação no mundo só pode ser explicada pelo fato de os *judeus* dominarem o mundo. A dominação de “os judeus” por meio do capitalismo é uma necessidade lógica anterior que independe de constatações progressivas e de evidências. É ela que é o pilar lógico necessário para o raciocínio de Freytas. Se o interesse pelos “judeus” não fosse anterior, ele, possivelmente, teria chegado a conclusões outras (talvez geopolíticas, por exemplo), semelhantes àquelas referentes a outros estados que cometem crimes no mundo e que são protegidos pelos Estados Unidos. O interesse não é Israel, mas sim “os Judeus”. É a pergunta específica sobre “os judeus” que colocou o raciocínio de Freytas em movimento, e não outra razão qualquer.

Por isto é que, considerando que tenha feito algum levantamento (o que não me parece plausível!), ele foi às listas de acionistas das empresas especificamente atrás de nomes de “os judeus”, e não de outros “nomes” quaisquer. O que é fundamental aí é que todas as buscas que Manuel Freytas faz, todas as conexões que ele estabelece partem de sua conclusão, e não da realidade. Seu ponto de partida é a *ideia* que ele tem de “os judeus”, e é isto que o faz olhar para o

mundo para localizá-los, para buscá-los e para colocá-los em evidência e, a partir daí, ele chega a uma conclusão que é simplesmente a mesma *ideia* que ele tem de “os judeus”. O resto é derivação.

A segunda coisa importante neste terreno é que, para Freytas, o termo “os judeus” é suficiente. O autor não nos dá qualquer indicação de que quaisquer diferenças existentes entre “os judeus”, que poderiam estabelecer alguma fronteira interna significativa no grupo (como, por exemplo, as diferenças de classe ou as diferenças religiosas, ou diferenças ideológicas ou políticas), possam ter alguma relevância para a análise política. Na realidade, não importa a diversidade de qualquer tipo que possa existir no “interior do grupo”. E a questão que isto obriga a colocar é mais ou menos a seguinte: o que é esta coisa comum a todos os judeus que suplanta o ser concreto de cada um dos judeus e os diferencia de todos os outros grupos homólogos? Colocando o problema de outra forma: o que faz com que o “os judeus” de Manuel Freytas sejam “os judeus”?

O enigma que a pergunta sugere é só aparente, porque Manuel Freytas também dá resposta a isto, ainda que aparecendo em fragmentos ao longo dos parágrafos. Já vimos isto antes: “os judeus” controlam o mundo, e a “evidência” disto apresentada por Freytas são os *nomes* de “os judeus” que controlam empresas (diretores ou acionistas). São os nomes que denunciam que eles são pessoas “de origem judaica”. É na “origem” que parece estar a origem dos problemas do mundo e, do nosso ponto de vista, a solução do “enigma” do artigo de Freytas.

A técnica não é nova e foi usada largamente pelos nazistas em seu tempo. Dietrich Eckart, um dos fundadores do partido nazista, publica em 1924 “O Bolchevismo de Moisés a Lenin”, um livro em que ele reproduz diálogos (reais ou imaginários) com Hitler. Nele, Eckart nos diz que cada revolução “de tendência boa ou má, foi feita sob a liderança judaica, tanto quanto os tumultos de propriedade comunal sempre foram o trabalho de judeus”. E Eckart encontra também nos *nomes próprios* (reais ou imaginários) a chave para o segredo da autoria:

Maximilian Harden chamava-se Isidor Witkowski; Karl Marx: Mordechai; Ferdinand Lassalle: Lassal; Trotsky: Bronstein; Bela Kun: Kohn; Zinoviev: Apfelbaum; Lenin, a quem os judeus admitem agora ser um dos seus: ainda que se chame Ulyanov, este certamente não é seu nome real. [...] A intenção de enganar, só pode escapar a um cabeça-dura... (ECKART, 1924, p. 26).

Também para Freytas, é a “origem” que se manifesta no nome e que se manifesta no controle. O nome e a prática de controle de empresas são simplesmente atributos de uma coisa que é anterior ao próprio nome e que é o que define aquilo que o *indivíduo judeu* verdadeiramente é. Penso que, possivelmente, se fosse colocado frente à situação de ter que decidir se alguém que pratica um ato *típico do judaísmo* não tivesse um nome judaico, Freytas talvez chegasse à mesma conclusão de Dietrich Eckart sobre Lenin: se o bolchevismo é judaico, o maior bolchevique, Lenin, não poderia ser outra coisa a não ser judeu, ainda que não existam quaisquer evidências para isto

derivadas de seu nome ou de seu tronco familiar. Isto porque, ainda que o nome não o denuncie de forma explícita, a prática o faz. É a prática que denuncia a “origem”.

E ainda que Freytas não diga o que é esta misteriosa “origem” nem o que a transporta para cada indivíduo “de origem judaica”, é seguro que este fundamento originário e essencial que define um indivíduo como parte de “os judeus” não pode estar em outro lugar a não ser em seu próprio *judaísmo*. O judaísmo parece ser anterior aos indivíduos, porque os constitui. É isto que faz de “os judeus” um grupo estável, objetivamente existente e possuidor de uma homogeneidade fundamental dada por uma *essência* comum. “Os judeus”, todos e cada um dos indivíduos judeus, levam em si mesmos, independentemente de suas vontades e de suas vidas concretas, aquilo que é imanente ao próprio judaísmo e lhes atribui esta qualidade e que não lhes permite ser diferentes do que são.

Com isto, devemos nos perguntar: mas *onde* está o judaísmo do judeu? O que faz com que ele origine um outro judeu que é definido pelo fato de ter uma “origem judaica”? Pelo que se pode extrair de seu artigo, a resposta é simples: se seu raciocínio parte do pressuposto de que todos os judeus, ou cada um dos judeus, tem uma “essência” anterior a todas as diferenças socialmente construídas e que as superpõe de tal forma que é o que permite falar no coletivo-singular “os judeus”, o judaísmo não pode ser outra coisa a não ser um fenômeno hereditário, que não está sujeito a opções de vida ou aos processos de socialização que poderiam gerar diferenças substantivas: nasce-se judeu porque se tem pais judeus e avós judeus e bisavós judeus. O seu artigo não nos oferece nada para indicar outra direção de raciocínio.

É por esta razão que o termo “os judeus” ou o singular “judeu”, *nunca* é acompanhado por algum qualificativo. Não se trata de judeus “burgueses” ou de judeus “operários” ou de judeus “nacionalistas” ou de judeus “assimilaçãoistas”, de judeus “orientais” ou de judeus “ocidentais”, de judeus “negros” ou de judeus “brancos” ou de judeus “ortodoxos” ou de judeus “ateus” ou de judeus “comunistas”. O que importa é a fronteira que separa “judeus” e “não-judeus”. Tudo o que diz respeito à vida social e aos processos de socialização não tem lugar no pensamento de Freytas. Como é comum para a retórica anticapitalista da extrema-direita, mas que é altamente incomum para o grande campo da esquerda, nem o conceito de “classe social” ou qualquer outro que remeta à vida social é usado por Freytas sequer uma única vez.

À primeira vista, isto parece se aproximar de uma forma de tratar o Oriente Médio que não é estranha ao nosso espaço público (da esquerda à direita) que, em geral, quando se trata de Israel e Palestina, vê simplesmente campos nacionais internamente indiferenciados. O olhar para o Oriente Médio com o qual estamos acostumados e que circula em nosso espaço público em ambos os lados do espectro político pode ser definido como educado pelo nacionalismo para *deixar de ver* classes sociais e projetos políticos concorrentes, como em geral se observa no resto do mundo. Para este *olhar nacionalista* sobre o Oriente Médio não há *esquerda* de um lado (que inclui árabes-palestinos

e judeus-israelenses) nem *direita* de outro (que também inclui árabes-palestinos e judeus-israelenses). O nacionalismo típico do conservadorismo político educou progressivamente o nosso mundo a não perguntar jamais sobre os *projetos políticos* que defende ou pelos quais se luta, mas simplesmente a afirmar que se luta por um campo nacional contra outro campo nacional. E isto, também, por parte da nossa esquerda marxista que, quando pensa o Oriente Médio, curiosamente se esquece justamente as poucas observações de Marx sobre o tema (em especial no Manifesto Comunista e na Ideologia Alemã): que o nacionalismo tende a produzir uma falsa sensação de unidade que encobre interesses de classe objetivamente contraditórios e que, em geral, afirma um projeto político de setores dominantes que se fazem porta-vozes de um “corpo nacional” falsamente homogêneo. Ainda que parte da própria esquerda marxista tenha relativizado estes pontos de vista de Marx ao longo de sua história de adesão ao nacionalismo, a *análise de classes* nunca deixou de ser, em alguma medida, um instrumento para ela pensar o mundo. (CONNOR, 1984). Mas parece que, ao pensar no Oriente Médio, este instrumental perde a validade, e parte significativa deste grande campo político tende a se satisfazer simplesmente com as opções que os nacionalismos de direita dos “dois lados” ofereceram ao longo do tempo.

Contudo, Freytes dá sinais de que segue por outro caminho: aquilo que poderia ser para o pensamento nacionalista o resultado de processos de socialização, para Freytes não é. É somente o resultado de uma “origem natural” que estabelece uma linha demarcatória fundamental entre este grupo ao qual Freytes dedica toda atenção e *todos* os outros grupos homólogos. E como ele não nos indica que a vida social concreta possa oferecer instrumentos para compreender o que ele pensa serem “os Judeus”, tudo indica se tratar de um pensamento centrado nas ditas “leis” da hereditariedade típicas do pensamento racista do século XIX, que localiza no “sangue” a herança física, cultural e espiritual dos homens. Na formulação de um manual de teoria racial difundido na Alemanha nazista: “Uma raça se apresenta como um grupo humano constituído pela associação de suas características físicas e espirituais e que se diferencia de todos os outros grupos humanos e sempre geram descendentes iguais a si mesmos”. (GÜNTHER, 1934, p. 11).

Mas, ainda que acreditássemos que não é exatamente isto, a única solução seria ver no judaísmo uma força espiritual que impregna seres humanos de tal forma a ponto de eles se tornarem “judeus”, independentemente de sua vontade e de sua vida. O que os muitos blogs e sítios de esquerda identificados claramente com o marxismo reproduziram foi uma inversão absoluta do Marx da *Introdução a Crítica à Economia Política*: não é mais o ser social que determina a vida ou a consciência dos homens, mas é este ente concreto (sangue) ou etéreo (a força do espírito), que Freytes denomina de “origem”, que forma o homem e permite determiná-lo socialmente.

Saber qual das duas opções é a verdadeira não é tão importante. O importante é que esta “origem” atribui uma essência que falta ainda localizar. A única coisa que Manuel Freytes nos

permite ver como este núcleo imanente, ontológico, do judaísmo é o fato de que os judeus controlam o mundo. Isto significa que, ainda que existam judeus que não sejam donos ou acionistas das empresas que controlam o mundo, o que o argumento de Freytas sugere é que se lá eles estivessem, eles agiriam assim por sua própria natureza, derivada de uma “origem comum”: sua “origem” judaica. Como são judeus, fossem eles ricos ou não, fossem fascistas e racistas ou comunistas e humanistas, fossem nacionalistas ou antinacionalistas, eles agiriam da mesma forma, porque isto é o que os constitui. Esta é a parte de sua imanência judaica que faz com que os limites entre judeus e não judeus seja intransponível. O judaísmo “dos judeus” não seria um atributo da cultura nem da religião, mas sim um fenômeno da natureza que se manifestaria por meio da religião e da cultura, portanto, imutável.

A importância disto no artigo de Freytas vem de uma outra equação que é para ele fundamental: “os Judeus” e “Sionistas” são tomados, rigorosamente, como sinônimos. E, além disso, o capitalismo é tomado como elemento constitutivo do judaísmo. Assim: Judeus = Sionistas (e, desta forma, Judaísmo = Sionismo) e Judeus = capitalistas (portanto judaísmo = capitalismo). Estes são termos acionados inúmeras vezes, que possuem valor e função intercambiáveis ao longo de seu artigo e funcionam como um outro axioma, uma outra *autoevidência*. O conceito de “sionismo” é claramente alterado em seu sentido para falar não de nacionalismo judaico, mas da identidade entre um *projeto político sistêmico* e um *grupo*, um deslocamento de sentido que não é estranho ao campo da esquerda. Freytas usa o termo como usaria outros “ismos” da política para dar a ele uma função acusatória. Assim, ele parece empregar “Sionismo” no mesmo sentido que empregaríamos *Trotskismo*, *Maoísmo*, *Nazismo* ou *Fascismo*, ou seja, como um movimento político com um corpo doutrinário e um perfil ideológico definidos e com um projeto político sistêmico e coerente, o que está muito longe de descrever o sionismo.

Falar de sionismo é falar do nacionalismo judaico em seu sentido mais lato possível. Neste sentido, trata-se de um movimento político múltiplo, semelhante a muitos outros nacionalismos que têm seu berço no século XIX e que afirmaram o princípio de autodeterminação. Este movimento se articulou pela ideia de constituição de corpo político autônomo por meio de um “estado nacional” para um grupo que se reivindica “nacional” e que, para além desse projeto comum, envolve campos políticos muito diversos (indo desde a esquerda nacionalista até a extrema-direita fascista). Além disso, o nacionalismo judaico (sionismo) é um fenômeno homólogo a um conjunto enorme de nacionalismos denominados nacionalismos-étnicos, centrados na noção de *hereditariedade*, como os são aqueles da Alemanha, Grécia, Índia, Turquia e muitos outros na Europa, Ásia e África.

Mas mesmo que considerássemos que Freytas entende o nacionalismo judaico como aquilo que ele é, o problema permanece: por que considerar todos os judeus nacionalistas e capitalistas? A única coisa que parece ser significativa para explicar esta atitude intelectual de Freytas é a ideia de

que a essência transmitida por esta “origem” parece ser de caráter político-econômico (sionismo-capitalismo). E é isto que faz “os judeus” agir como *corpo* por meio de “um sistema de domínio imperial que abarca interativamente o plano econômico, político, social e cultural” (FREYTAS, 2010, XLIII), ou seja, a dominação imperialista ou o “poder capitalista mundial judeu” (FREYTAS, 2010, XXXIII), que:

[...] não controla o mundo com a religião: o maneja com bancos, transnacionais, hegemonia sobre os sistemas econômico-produtivos, controle sobre os recursos naturais, controle da rede informativa e de manipulação mundial, o manejo dos valores sociais através da publicidade, a cultura e o consumo estandardizado e globalizado pelos meios de comunicação. (FREYTAS, 2010, XLIV).

Mostrar que os judeus agem coletivamente na realização deste “projeto global”, imanente ao judaísmo, é, muito claramente, o objetivo explícito de Manuel Freytas. Ele toma para si uma função política decisiva. E é o final do artigo que nos revela isto de forma contundente:

Enquanto não se articule um novo sistema de compreensão estratégica (uma “terceira posição” revolucionária do saber e do conhecimento) o poder mundial que controla o planeta seguirá perpetuando-se nas falsas opções de “esquerda” e “direita”. (FREYTAS, 2010, XLIX).

E o lobby judeu de “direita” dos republicanos conservadores seguirá sucedendo ao lobby judeu “de esquerda” dos democratas liberais em uma continuidade estratégica com as mesmas linhas que movem o Império sionista mundial. (FREYTAS, 2010, L).<sup>23</sup>

Trata-se, aqui, na percepção de Freytas, da necessidade de que, para transformar o mundo é necessário uma revolução da percepção do mundo. É ela que indicará, necessariamente, que “os judeus” o controlam: as alternativas “de esquerda” ou “de direita” só podem deixar de ser falsas alternativas se for possível superar aquilo que as controla. Nada no artigo sugere que a revolução a ser feita é contra alguma classe ou em nome de um projeto de que tipo for. O que pode liberar o mundo de suas teias e fazer cair todos os elos da corrente que o aprisiona é uma revolução contra “os judeus”, o elo forte da corrente do imperialismo, nesta versão antissemita e invertida da teoria do “elo mais fraco” de Lenin.

E o tipo de *anti-imperialismo* de Freytas pouco a pouco se expõe: enfrentar o imperialismo significa enfrentar o imperialismo real e oculto, e não o imperialismo aparente e visível de “democratas” e “republicanos”. A partir de sua “nova” percepção do mundo, o que se torna visível não são mais as classes dominantes ou as classes dominadas. Ao contrário do que Lenin havia sugerido, o sustentáculo do imperialismo não está localizado no capital financeiro e na burguesia transnacional. O capital financeiro se faz imperialista pelo fato de este ser parte de uma “rede

interativa do capital sionista imperialista". (FREYTAS, 2010, XV). O capital só se torna imperialista por ser, a princípio um "capital sionista". (FREYTAS, 2010, XVI).

Este *anti-imperialismo* de Freytas não guarda com todas as tradições da esquerda em nosso século nem mesmo uma identidade aparente. São "os judeus" que manipulam todos os lados do espectro político para estabelecer este sistema de dominação imperialista. A sensação clara é de que se retirássemos esta única variável que atrapalha o sistema, "os Judeus", o sistema poderia funcionar bem. Freytas não chega a nos dizer que existe o "bom capital", como Gottfried Feder, mas ele nos permite ver que, retirando-se esta variável que controla "republicanos" e "democratas", a "esquerda" e a "direita", nos livrariam da rede de manipuladores que sustentam o imperialismo no mundo. O imperialismo sem fronteiras, em Freytas, torna-se, curiosa e contraditoriamente, sinônimo de um judaísmo sentimental-nacionalista preso à necessidade de defender Israel.

Trata-se aí não de um "anti-imperialismo de tolos", para lembrar a expressão de Tarik Ali,<sup>24</sup> ou mesmo de uma variável qualquer de antissionismo. Os falsos anti-imperialismo e antissionismo de Freytas são não mais que palavras que servem de veículos instrumentais daquilo que é, em seus fundamentos e em suas consequências, o bom e velho racismo contra os judeus.

\*\*\*

Gostaria de concluir com duas observações que me parecem relevantes para pensar a pesquisa neste terreno acidentado.

A primeira é que o artigo de Manuel Freytas reproduz formas de pensar e de conceber o mundo típicas do universo do antisemitismo europeu tal qual estabelecido desde o século XIX. Além disso, nenhum dos fundamentos do pensamento de Freytas, nem seus temas, nem a estrutura de exposição, são novos. O que se apresenta no artigo de Manuel Freytas é muito nitidamente não uma crítica à política de governos israelenses nem à legitimidade da existência de Israel como um "Estado Judeu", mas simplesmente um pensamento racista contra os judeus que toma Israel e outras "coisas" como suporte secundário. E, definitivamente, Israel é, para o artigo, não mais que um instrumento que oculta a aberração lógica do raciocínio de Freytas: o "sionismo-capitalismo" controla todos os estados do mundo de forma ramificada e coordenada, porque é fundado em um povo que não tem fronteiras e se mantém invisível nos pontos cardeais do planeta, mas que *precisa* de Israel por que este é considerado a "pátria territorial" do judaísmo mundial (um povo sem fronteiras!). Além disso, Freytas quer nos fazer crer que é isto que faz com que "os judeus" mobilizem recursos materiais e imateriais (e deixem de ser invisíveis!!!) para a proteção de um Estado que não é decisivo para a realização de seus propósitos de controle do mundo, visto que já o controlam de forma coordenada!

Neste sentido, Israel e o sionismo são absolutamente irrelevantes como fundamentos lógicos do pensamento de Freytas. Não há aqui nada além de antisemitismo sem qualquer necessidade ou possibilidade de adjetivação: nem “novo” nem “antigo”. O que há é aquilo que caracteriza o próprio fenômeno e que é constante em todas as manifestações de antisemitismo: a ideia de que os judeus são um grupo natural e corporativo e a ideia de que o mal lhes é constitutivo.

Se, no século XIX, tal era expresso por meio da crítica ao republicanismo, à democracia e ao liberalismo, isto não deve sugerir que esta seja uma forma “antiga”, da mesma forma como jamais foi considerado “novo” o antisemitismo que tomou a forma de crítica antissocialista e anticomunista por meio da identificação entre o judaísmo e o bolchevismo. Sendo assim, mesmo que a crítica aos fundamentos do projeto nacionalista judaico (antisissionismo) e a crítica às políticas de governos de Israel sejam veículos regulares para manifestações de antisemitismo (o que é, como disse, só *aparentemente* o caso de Freytas), isto tampouco deve ser, conceitualmente, separado de outras manifestações somente porque o veículo mudou.

É óbvio que não se resolve o acirrado debate travado em meios políticos e também acadêmicos sobre o chamado “novo antisemitismo”. E isto porque ele possibilita uma operação que é politicamente útil: como a crítica a Israel e ao nacionalismo judaico são veículos para o antisemitismo, o conceito possibilita transformar (instrumentalmente) qualquer crítica a políticas de governo em Israel ou aos fundamentos do nacionalismo judaico em um ato antisemita.

O caso analisado sugere que, ainda que os objetos, as motivações, os temas, os espaços de manifestação e os veículos por meio dos quais se manifesta o antisemitismo são e podem ser muito distintos, estes não devem apagar que é possível observar um núcleo estruturante que faz com que uma manifestação antisemita seja reconhecida como antisemita e não como outra coisa qualquer. Assim, pensar no antisemitismo é refletir sobre manifestações que têm e podem ter veículos distintos, motores distintos, serem ou não conscientes, mas que, objetiva e concretamente, tomam “os judeus” como um grupo-corporação e como um grupo-mal. E, no pensamento de Manuel Freytas, este “núcleo estruturante” está inegavelmente presente e a condição para conseguir observá-lo é ultrapassar o nível mais superficial das palavras de ordem.

A segunda observação diz respeito a que – embora seja uma enorme ingenuidade considerar que Freytas seja representativo do pensamento ou da prática “da esquerda” – o fato de existir significa não somente que o caso é possível “na esquerda”, mas também que ele serve de ponto de partida para que se investigue a interpenetração ou, pelo menos, a convivência, de *visões de mundo* substantivamente contraditórias (e penso aqui no universalismo humanista e no antisemitismo) em um espaço político específico. E isto não propriamente por causa de Manuel Freytas, que não dá sinais de ser algo além de racista. Mas sim pelo fato de um artigo antisemita de sua autoria ter sido lido, reproduzido e defendido em círculos de esquerda. É a sua recepção, que foi no presente artigo

somente constatada, mas em nenhum momento explorada, que se apresenta como problema a ser investigado. E investigar a recepção é tarefa das mais difíceis, em especial por ser incentivada por um leque grande de razões potenciais que não permitem generalizações fáceis.

Para pensar sobre isto, diversas hipóteses que podem explicar e dar sentido à recepção do artigo de Freytas podem ser colocadas na mesa. Queria chamar atenção para apenas três delas. Creio que, em primeiro lugar, não se pode deixar de considerar a hipótese de que há casos em que o acolhimento e a reprodução do texto de Freytas tenha se dado por antisemitismo. Neste caso, a identidade programática com Freytas se sustenta na ideia de que os judeus são um mal para o mundo e que devem ser, como tal, combatidos. E este é o elemento estruturante de seu texto.

A segunda hipótese é aquela que considera que há casos em que o acolhimento e a reprodução do artigo de Freytas foram simplesmente instrumentais. Neste caso, pode-se supor que grupos ou indivíduos reproduziram o texto reconhecendo o seu antisemitismo, mesmo sem partilhar da visão de mundo antisemita de Freytas. Isto significa que o texto foi reproduzido exclusivamente por *seus efeitos* na luta contra políticas de estado ou de governo em Israel ou na luta contra o nacionalismo em geral (e o nacionalismo judaico em particular), e não pelos fundamentos (antisemitismo). Incorporar o texto de Freytas pressupõe, assim, a banalização do conteúdo explicitamente antisemita como “um mal menor”. Não é improvável que uma posição como esta se sustente no princípio simplista (que não é estranho ao universo da política como um todo) de que o “inimigo do inimigo torna-se amigo”.

A última hipótese, que não se deve deixar de lado ao tratar este fenômeno, é a da invisibilidade da discriminação e do preconceito contra judeus em nosso mundo, havendo que considerar a possibilidade de que grupos ou indivíduos reproduzem estereótipos e ideias antisemitas por não perceberem nelas o antisemitismo. Isto significa tomar o processo de naturalização de estereótipos e dos “rumores sobre os judeus” (ADORNO, 1951, p. 200) como um dos produtores de sua invisibilidade *como antisemitismo*. Por outro lado, não deve ser desconsiderada a possibilidade de este fenômeno ser tornado invisível também pelo fato de que, no Brasil (distinto do que ocorre em outras partes do mundo), o alvo típico do racismo é a população negra. É ela o objeto mais antigo e permanente de exclusão social, de violação de direitos, de ofensa do Estado e de suspeição no espaço público mais amplo. Isto pode fazer com que fenômenos de estereotipação e de discriminação, ainda que fundados em princípios racistas, não sejam reconhecidos *como racismo* por não estarem associados aos alvos típicos do racismo na sociedade brasileira.

A insensibilidade para determinadas manifestações de racismo assim produzidas sugere que, mesmo em círculos de esquerda, que são os que se têm mostrado os mais sensíveis a estes temas em nossos tempos, as políticas sistemáticas de ação antidiscriminatória, como sugere Tatau Godinho

(1996, p. 148), experimenta limites nítidos. É muito difícil saber, sem um esforço de pesquisa que mapeie as atitudes e as formulações neste campo, quais das hipóteses listadas (e outras não listadas) são as que explicam a presença de manifestações específicas de antisemitismo neste campo (como o texto de Freytas), quais são as de maior prevalência e as mais frequentes. De qualquer forma, é possível dizer que, ainda que ignoremos seus fundamentos, o que unifica todos esses casos é que, não importando os motivos que explicam a reprodução das teses de Freytas, todos os que o fazem *praticam* o racismo.

Esta constatação e a percepção de que a questão é altamente complexa não é o fim, mas o início do problema de como lidar com este tipo de fenômeno, visto que as hipóteses listadas sugerem formas necessariamente distintas de enfrentá-lo.

## Referências

- ADORNO, T. W. **Minima Moralia**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1951.
- ADORNO, T. W. **The Stars Down to Earth and other essays on the irrational in culture**. New York: Taylor & Francis, 2002.
- ALI, Tarik. **Confronto de fundamentalismos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- ANTISSEMITISMO em manifestações pró-palestina em São Paulo. **CMI Brasil**. Centro de mídia independente, 04 abr. 2002. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2002/04/22145.shtml>. Acesso em: 22/04/2014.
- ATACADO por sionistas e colunista da *Veja*, editor responde. **Portal Vermelho**, 02 jul. 2012. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/go/noticia.php?id\\_noticia=187361&id\\_secao=1](http://www.vermelho.org.br/go/noticia.php?id_noticia=187361&id_secao=1). Acesso em: 11/11/2013.
- AVNERY, Uri. Identifying the virus: Who is anti-Semitic, and who is not 2004. **The New York Times**, New York, Jan. 28 2004. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2004/01/28/opinion/28iht-edavnery\\_ed3\\_.html](http://www.nytimes.com/2004/01/28/opinion/28iht-edavnery_ed3_.html). Acesso em: 28 abr. 2014.
- AZEVEDO, Reinaldo. Uma camiseta de Lobão para Marcelo Freixo. E uma resposta desmoralizante para os que se dizem “jovens judeus de esquerda” do PSOL. **Veja**, 22 fev. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/uma-camiseta-de-lobao-para-mercelo-freixo-e-uma-resposta-desmoralizante-para-os-que-se-dizem-jovens-judeus-de-esquerda-do-psol/>. Acesso em: 27/02/2014.
- BENZ, Wolfgang. **Was ist Antisemitismus**. Bonn: Bundeszentrale für politisch Bildung, 2004.
- BERGMANN, W.; WYRWA, U. **Antisemitismus in Zentraleuropa**: Deutschland, Österreich und die Schweiz vom 18. Jahrhundert zur Gegenwart. Darmstadt: WBG, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda.** Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BRONNER, S. E. **A rumor about the jews:** reflections on antisemitism and the Protocols of the Learned Elders of Zion. New York: St. Martin's Press, 2000.

CARNEIRO, Maria L. T. **O Antisemitismo nas Américas:** Memória e História. São Paulo: Edusp, 2007.

CESARANI, David. **The Left and the Jews; the Jews and the Left.** London: Profile Books, 2004.

CHANES, Jerome A. **Antisemitism:** A Reference Handbook. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2004.

CLEMESCHA, A. **Marxismo e Judaísmo:** História de uma relação difícil. São Paulo: Boitempo, 1998.

COHEN, Susan (coord.). **Antisemitism:** an Annotated Bibliography. Munich: F.G.Saur, 1984-2005.

COHN, N. **A Conspiração Mundial dos Judeus:** Mito ou Realidade? São Paulo: IBRASA, 1969.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL (CONIB). **Carta da Vereadora Maria Lucia Scarpelli (PC do B/MG) para a Deputada Federal Manuela D`Avila (PC do B/RS).** 20 jul. 2012. Disponível em: <http://www.conib.org.br/noticias/1568/carta-da-vereadora-maria-lucia-scarpelli-pc-do-bmg-para-a-deputada-federal-manuela-davila-pc-do-brs>. Acesso em: 11/11/2013.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL (CONIB). **Conib oferece representação contra o Partido Comunista Brasileiro por texto antisemita.** 27 abr. 2011. Disponível em: <http://www.conib.org.br/noticias/641/conib-oferece-representao-contra-o-partido-comunista-brasileiro-por-texto-antisemita>. Acesso em: 20/09/2014

CONNOR, Walker. **The National Question in Marxist-Leninist Theory and Strategy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

DR. MAHATHIR MOHAMAD. **Jews rule the world by proxy.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-PJ9u8h3Gzw>. Acesso em: 15 abr. 2014.

ECKART, Dietrich. **Der Bolschewismus von Moses bis Lenin:** Ein Zwiegespräch zwischen Adolf Hitler und mir. München: Hoheneichenstrasse, 1924.

FEDER, Gottfried. **Kampf gegen die Hochfinanz.** München: Eher Verlag, 1935.

FISCHER, L. **The Socialist Response to Antisemitism in Imperial Germany.** Cambrigdge; New York: Cambridge University Press, 2007.

FOXMAN, A. H. Blurring the Line. Publicado originalmente no jornal **Haaretz**, 4 abr. 2004. Disponível em: <http://archive.adl.org/nr/exeres/68c4646b-3c1c-43d8-8225-a55c9bd0e383,213018c9-567c-418c-bdea-1cbda8f58810,frameless.html>. Acesso em: 20/09/2014

FREYTAS, Manuel. **Os Donos do Sistema.** O Poder Oculto: de onde nasce a impunidade de Israel, 17 jun. 2010. Disponível em:

[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1724%3Aos-donos-do-sistema&catid=43%3Aimperialismo&Itemid=1](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1724%3Aos-donos-do-sistema&catid=43%3Aimperialismo&Itemid=1). Acesso em: 05 set. 2014.

FRITSCH, T. **Handbuch zur Judenfrage**: die wichtigsten Tatsachen zur Beurteilung des jüdischen Volkes. Leipzig: Hammer-Verlag, 1944.

FRITSCH, Theodor. **Die Zionistischen Protokolle Das Programm der internationalen Geheimregierung**. Fünfzehnte Auflage. Leipzig: Hammer Verlag, 1933.

GODINHO, Tatau. Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 148-149, 1996.

GOEBBELS, Joseph. **Der Steile Aufstieg**: Reden und Aufsätze aus den Jahren 1942/43. München: Zentralverlag der NSDAP, 1944.

GREEN, James. **Além do Carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

GÜNTHER, Hans F. K. **Kleine Rassenkunde des deutschen Volkes**. München: J.F. Lehmanns, 1934.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Munique: Zentralverlag der NSDAP, 1943.

JACOBS, Jack. **On Soocialists and “the Jewish Question” after Marx**. New York: NYUP, 1992.

LANG, Barel. On the ‘the’ in ‘the jews’. In: Rosenbaum. R. (ed.). **Those who forget the past: the question of Anti-Semitism**. New York: Random House, 2004, p. 63-70.

LAQUEUR, Walter (ed.). **Holocaust Encyclopedia**. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

LEVINSON, D. J. The Study of Anti-Semitic Ideology. In: ADORNO, T. W. et. al. **The Authoritarian Personality**. New York: Norton, 1969.

MANIFESTO de solidariedade ao PCB. **Partido Comunista Brasileiro**, 11 jul. 2011. Disponível em: [http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2825:manifesto-de-solidariedade-ao-pcb&catid=84:solidariedade](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2825:manifesto-de-solidariedade-ao-pcb&catid=84:solidariedade). Acesso em: 16/09/2014

RÜRUP, Reinhard. Der Moderne Antisemitismus und die Entwicklung der historischen Antisemitismusforschung. In: BERGMAN, W.; KÖRTE, M. **Antisemitismusforschung in den Wissenschaften**. Berlin: Metropol Verlag, 2004.

SANTOS, Gevanilda. A luta contra o racismo na esquerda brasileira. In: IANNI, Octavio et. al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **A Questão Judaica**. São Paulo: Ática, 1995.

SCHECTER, Darrow. **The History of the Left from Marx to the Present: Theoretical Perspectives**. New York/London: Continuum, 2007.

SIONISTAS tentam criminalizar o PCB e cassar o registro do partido no TSE. **Partido Comunista Brasileiro**, 23 maio 2011. Disponível em: <http://wwwpcb.org.br/portal/index.php>

option=com\_content&view=article&id=2670:sionistas-tentam-criminalizar-o-pcb-e-cassar-o-registro-do-partido-no-tse&catid=25:notas-politicas-do-pcb. Acesso em: 25/03/2014.

STACKELBERG, Roderick. **The Routledge Companion to Nazi Germany**. New York: Routledge, 2007.

STEIN, Timo. **Zwischen Antisemitismus und Israelkritik: Antizionismus in der deutschen Linken**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.

STRAUSS, Herbert; BERGMANN, Werner. **Current Research on Antisemitism**. Berlin, New York: Verlag Walter de Gruyter, 1987-1993.

STREICHER, J. **Reden aus der Kampfzeit**. Heinz Preiss (ed.). Nürnberg: Verlag “Der Stürmer”, 1938.

VOLKOV, Shulamit. **Germans, Jews, and Antisemites. Trials in Emancipation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WHAT is the Neturei Karta? **Neturei Karta Internacional**. Disponível em: <http://www.nkusa.org/AboutUs/index.cfm>. Acesso em: 15 abr. 2014.

WIEVIORKA, Michel. **Uma Introdução ao Racismo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

## Notas

<sup>1</sup> Agradeço àqueles que gentilmente reviram partes deste trabalho e cujas impressões foram úteis para corrigir texto e rotas: Flávia Castro, Fábio Koifman, Michel Gherman, Sandra Macedo, Darlan Montenegro e a Luiz Rodolfo Viveiros de Castro. A revisão de redação foi feita por Luiza Miriam Ribeiro Martins.

<sup>2</sup> Deixando de lado as muitas definições substantivas de “esquerda”, como aquelas propostas por Norberto Bobbio (2001) ou por Darrow Schecter (2007), opto aqui por tratar “esquerda” como uma “classificação nativa”, considerando-a como um campo ao qual pertencem os que assim se identificam e os que são assim identificados, sem ter a expectativa de colocar à prova a classificação oferecida pelo objeto de estudo.

<sup>3</sup> Exemplar para esta forma de tratamento do tema é o artigo de Pilar Rahola, “O Antissemitismo, esta Hidra de mil Cabeças” publicado em Carneiro (2007, p. 19-23). Para um contraste, ver AVNERY, 2004.

<sup>4</sup> José Reginaldo Carvalho (Direção Nacional do PCdoB), ante a acusação de que um artigo seu seria um texto antisemita, se defende dizendo que “o meu partido é filosófica e culturalmente internacionalista, universalista, sem se afastar do patriotismo, e humanista. Minha formação política e cultural dá-me elementos de convicção para sustentar uma luta de longo fôlego pela fraternidade humana”. (ATACADO, 2012). Mas no interior do próprio PCdoB a coisa não foi tão simples nem vista com tanto simplismo. Em uma carta enviada à deputada federal Manuela D`Avila (PC do B/RS), a vereadora Maria Lucia Scarpelli, do PCdoB de Belo Horizonte, acusa o artigo de José Reginaldo Carvalho de ser “preconceituoso e antisemita” e pede posicionamento público da direção do PCdoB sobre o caso e termina por apresentar um “repúdio à fala e à posição antisemita do editor do Vermelho”, com a certeza “de que esse não é o pensamento do conjunto da militância comunista do PCdoB, do Comitê Central e dos Parlamentares. Saudações comunistas”. (CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL, 2012).

<sup>5</sup> Relato extraído do Centro de Mídia Independente: “Embora o caráter da manifestação tenha sido em solidariedade aos palestinos, um pequeno grupo de pessoas trazia faixas declaradamente antisemitas [...]. Alguns militantes de grupos de esquerda se retiraram do ato depois de verem essas faixas”. (ANTISSEMITISMO, 2002). Para percepções diferentes da de Cesaran CF., por exemplo: JACOBS, 1992, FISCHER, 2007, CLEMESHA, 1998, VOLKOV, 2006 e STEIN, 2011.

<sup>6</sup> (Cf. GODINHO, 1996). Sobre o tema do preconceito e da estigmatização de homossexuais na esquerda, Cf. GREEN, 1999, p. 433-434. Sobre o tema do racismo neste campo Cf. SANTOS, 2005, p. 21-24.

<sup>7</sup> (FREYTAS, 2010). Quanto à representação, trata-se do pedido da Confederação Israelita do Brasil de instauração de inquérito contra o Partido Comunista Brasileiro em abril de 2011 por delito de racismo. A isto se seguiram uma resposta pública do PCB bem como manifestações de solidariedade do Brasil e do exterior. Sobre o processo e a nota política do PCB, cf., respectivamente, CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL, 2011 e SIONISTAS, 2011. A nota política também evidencia a reprodução do mesmo artigo em diversas páginas-web identificadas com a esquerda, no Brasil e no

exterior. Além disso, Cf. também MANIFESTO, 2011, que em agosto de 2011 alcançou um total de 400 assinaturas de pessoas e instituições de dentro e de fora do País. Além das páginas listadas no documento do PCB, várias outras identificadas nitidamente com a esquerda republicaram o texto. Como o levantamento foi feito em maio de 2014, é difícil saber se e quantos dos que publicaram o texto entre 2010 e 2011 o retiraram de suas páginas. De qualquer forma, dentre outros, as seguintes ainda o mantêm: [cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/os-donos-do-sistema](http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/os-donos-do-sistema); [Xatoo.blogspot.com.br/2010/07/o-poder-oculto-de-onde-nasce-impunidade.html](http://Xatoo.blogspot.com.br/2010/07/o-poder-oculto-de-onde-nasce-impunidade.html); [Izidoraozevedo.blogspot.com.br/2010/06/poder-oculto.html](http://Izidoraozevedo.blogspot.com.br/2010/06/poder-oculto.html); [Sempresefazhistoriablogspot.com.br/2011/05/os-donos-do-sistema.html](http://Sempresefazhistoriablogspot.com.br/2011/05/os-donos-do-sistema.html); [titaferreirarascunho.blogspot.com.br/2011/08/os-donos-do-sistema.html](http://titaferreirarascunho.blogspot.com.br/2011/08/os-donos-do-sistema.html); [gilsonampaio.blogspot.com.br/2011/05/poder-oculto-de-onde-nasce-impunidade.html](http://gilsonampaio.blogspot.com.br/2011/05/poder-oculto-de-onde-nasce-impunidade.html); [jspontes.blogspot.com.br/2010/06/os-donos-do-sistema.html](http://jspontes.blogspot.com.br/2010/06/os-donos-do-sistema.html); [www.midia independente.org/pt/red/2010/06/473473.shtml](http://www.midia independente.org/pt/red/2010/06/473473.shtml); [nonas-nonas.blogspot.com.br/2011/05/surpresa-brasileira-antisemita.html](http://nonas-nonas.blogspot.com.br/2011/05/surpresa-brasileira-antisemita.html); [trocandoemletras.webnode.com.br/news/os-donos-do-sistema-o-poder-oculto-de-onde-nasce-a-impunidade-de-israel/](http://trocandoemletras.webnode.com.br/news/os-donos-do-sistema-o-poder-oculto-de-onde-nasce-a-impunidade-de-israel/)

<sup>8</sup> CHANES (2004, p. 281-302) oferece um breve tratamento de um número limitado de trabalhos de tipos diversos publicados em língua inglesa. Mais abrangentes são os três tomos do *Current Research on Antisemitism*, editados sob a supervisão de Herbert A. Strauss e Werner Bergmann do *Zentrum für Antisemitismusforschung* da Universidade Técnica de Berlim (STRAUSS; BERGMANN, 1987-1993) e os 21 volumes da *Antisemitism: an Annotated Bibliography* publicados pelo projeto bibliográfico desenvolvido pela *Vidal Sassoon International Center for the Study of Antisemitism* (Jerusalém) sob a coordenação de Susan Cohen (1984-2005). Estes trabalhos dão a noção das dimensões desta volumosa literatura, para a qual ainda não existe qualquer balanço global, ainda que um tratamento dos grandes paradigmas neste campo de pesquisa possa ser encontrado em Rürup (2004).

<sup>9</sup>. Um exemplo do que eu quero sugerir. Abraham Foxmann, dirigente da *Anti-Defamation League* (ADL), nos indica de forma inequívoca que “antissionismo é antisemitismo”. Para ele “não deve haver discussão a este respeito. Afinal, o que é o antissionismo se não a negação do nacionalismo judaico”. (Cf. FOXMAN, 2004). No entanto, quando a ADL trata do antissionismo radical do *Neturei Karta*, isto não é, em geral, pensado como antisemitismo. E o *Neturei Karta* não oferece poucas possibilidades para que seja percebido como tal: ao lado do antissionismo radical; a participação em eventos organizados pela extrema-direita nazista, em especial aqueles ligados à negação do holocausto, à aproximação e à defesa de Mahmud Ahmadinedjad etc. Sobre isto conferir o material da ADL sobre o *Neturei Karta* <http://archive.adl.org/extremism/karta/#.U0vcVO25fmQ>. O *Neturei Karta* é um grupo do judaísmo ultraortodoxo que recusa “o ilegítimo regime herético ‘israelense’” pelo fato de o próprio “conceito de um Estado judeu estar em conflito direto com uma série de fundamentos do judaísmo.” Isto os leva a condenar “qualquer coisa relacionada com, ou afiliado com o moderno ‘Estado de Israel’”. (WHAT, 2014).

<sup>10</sup> Remeto aqui a um caso que me parece exemplar: judeus sionistas de esquerda que fizeram críticas a políticas da direita israelense e que defenderam publicamente um deputado do PSOL do Rio de Janeiro, de acusações de antisemitismo, foram eles mesmos acusados de antisemitismo por um blogueiro não-judeu. (AZEVEDO, 2014).

<sup>11</sup> Michel Wieviorka sugere convincentemente que falar de racismo é tratar de um fenômeno que se manifesta tanto por meio do racismo biológico quanto daquele denominado racismo cultural ou diferencialista. Mesmo abandonando a ideia de hierarquia biológica (inferior-superior), que perde espaço na segunda metade do século XX, O princípio da diferenciação ainda mantém a referência chave de que as diferenças entre os grupos são ontológicas e de que as fronteiras entre eles são intransponíveis. (WIEVIORKA, 2007, p. 17-40).

<sup>12</sup> Barel Lang nos mostra que o uso do artigo definido plural “the” (“os”) expressando um coletivo para falar de judeus, em um número enorme de casos, traz embutida uma estratégia de estereotipação própria do racismo. (LANG, 2004).

<sup>13</sup> O sítio eletrônico IAR-notícias se define, em sua página do Facebook, como “un medio de contrainformación estratégica [...] desde una óptica alternativa a la prensa manipuladora (y alienante) del sistema capitalista”. (<https://www.facebook.com/pages/iarnoticias/248455253623?v=wall>). O sítio publica artigos originais e republica artigos de personalidades identificadas com o campo de esquerda em nível internacional como Leonardo Boff, James Petras, José Saramago, Ignácio Ramonet dentre outros. Temas regulares são o neoliberalismo, os governos de esquerda na América Latina, o imperialismo estadunidense. Cf. [http://iarnoticias.com/secciones/autores/0001\\_indice.html](http://iarnoticias.com/secciones/autores/0001_indice.html). Alguns dos títulos de artigos de Manuel Freytes publicados no sítio eletrônico IAR-Notícias e reproduzidos na web, são: “El lobby judío del Pentágono” (2004); El mito y el negocio: ¿Qué tienen que ver los judíos con el lobby judío? (2006); El poder del que nadie habla: ¿A quién le temen los que no se atreven a condenar la masacre israelí en Gaza? (2009). “Planeta blindado – Cómo funciona el negocio capitalista con la guerra; (2009); Reciclando a Obama – ¿Alguien se preguntó porqué EEUU domina el mundo? (2009).

<sup>14</sup> Cf. [http://www.iarnoticias.com/2010/secciones/contrainformacion/0048\\_israel\\_poder\\_oculto\\_04jun2010.html](http://www.iarnoticias.com/2010/secciones/contrainformacion/0048_israel_poder_oculto_04jun2010.html).  
Acesso: 13/02/2014.

<sup>15</sup> O nome do sítio remete a Julius Streicher, (1885–1946), chefe (*Gauleiter*) do partido nazista na Francônia e editor do jornal *Der Stürmer*, o mais virulento e fanático dos jornais antisemitas existentes na Alemanha Nazista. Em face de escândalos pessoais envolvendo práticas de corrupção, foi condenado por uma corte do Terceiro Reich e perdeu todos os seus postos e funções. Julgado e condenado à morte pelo tribunal de Nuremberg por crimes contra a humanidade, ele foi executado em outubro de 1946. Ver os verbetes biográficos em STACKELBERG, 2007, p. 247-248 ou LAQUEUR, 2001.

<sup>16</sup> Os números em romanos correspondem aos parágrafos do artigo “Os Donos do Sistema...” de Manuel Freytes tal qual publicado na página do PCB. O cotejo sistemático entre o texto original do *IAR notícias* indica que a tradução para a língua portuguesa feita por Vera Vassouras é de excelente qualidade e suas opções, acertadas, exceção feita a um único caso cuja correção pareceu-me necessária e que será indicado posteriormente.

<sup>17</sup> A ênfase foi adicionada por mim. Este motivo se repete exaustivamente. Manuel Freytes nos diz que, por meio dos *nomes próprios*, pode-se saber que as pessoas que controlam “as primeiras trinta megaempresas transnacionais e bancos” são de “origem judia”. (FREYTAS, 2010, VII). Antes de enumerar as “megacorporações do capitalismo sem fronteiras”, ele volta à mesma fórmula indicando que elas “são controladas e/ou gerenciadas por capitais e pessoas de origem judia”. (FREYTAS, 2010, IX).

<sup>18</sup> Seguindo o mesmo fundamento, Manuel Freytes indica que nos “meios de comunicação, [n]a indústria cultural ou artística, [em] câmaras empresariais, [em] organizações sociais, [em] fundações, [em] organizações profissionais, [em] ONGs, tanto nos países centrais como periféricos” é surpreendente a “notável incidência de pessoas de origem judia em seus mais altos níveis de decisão”. (FREYTAS, 2010, XII). Cf. tb. os parágrafos XIV e XV, onde ele indica as cadeias televisivas, jornais, revistas, consórcios da internet e cinema que também são controlados por grupos do “lobby judeu” compondo uma “REDE INTERATIVA DO CAPITAL SIONISTA IMPERIALISTA”. (FREYTAS, 2010, XV, grifo do autor).

<sup>19</sup> O conceito de antisemitismo surge no círculo do publicista Wilhelm Marr na Alemanha do século XIX no momento de intenso debate público sobre o problema da emancipação dos judeus e buscou dar substância “científica” àqueles que eram contrários à igualdade civil dos judeus na Alemanha, tomando os judeus como raça. O conceito transforma uma denominação de grupo linguístico em uma denominação de grupo humano “natural” (raça) e nunca se referiu a quaisquer outros grupos de tronco linguístico semita (árabes, etíopes etc.), mas somente aos judeus. O historiador Heinrich von Treitschke e o pastor Adolf Stoecker se constituem em porta-vozes de destaque de um movimento que, posteriormente, se institucionaliza em organizações como a “Associação Antissemita Alemã” (1886), o “Partido Antissemita Social Alemão” (1889), a “Liga Antissemita Alemã” (1894) dentre outros. (Cf. BENZ, 2004, p. 83 et. seq.).

<sup>20</sup> Os protocolos colocam na boca de *sábios judeus* a afirmação de que a “autocracia russa [é] o único inimigo que tínhamos no mundo – além do papado”. (FRITSCH, 1933, p. 43-44). A referência aqui é feita ao texto integral dos “Protocolos” publicado por Theodor Fritsch na Alemanha e que foi traduzido da primeira versão em língua inglesa. Publicado originalmente em 1924, as referências aqui serão da 15<sup>a</sup> edição de 1933.

<sup>21</sup> Hebraico: termo usado para se referir a não judeus

<sup>22</sup> Gottfried Feder foi a personalidade nazista que mais sistematicamente tratou deste tema, ao lado de Otto Strasser. Feder produziu e publicou alguns escritos importantes do movimento nazista sobre esta questão e que foram reunidos no livro “A Luta contra a Alta Finança”. (FEDER, 1935).

<sup>23</sup> A tradução para a língua portuguesa com a qual trabalhei até aqui optou pela tradução de *lineas reactoras* por “linhas reatoras”, que me pareceu pouco apropriada para expressar o sentido do texto original.

<sup>24</sup> Tarik Ali, ao analisar o caso da esquerda iraniana em 1979 em seu *Confronto de fundamentalismos*, mostra que ela, tendo sido massacrada pelo Xá Reza Parlev e por sua polícia política, abre mão de seus princípios em nome de uma aliança com o fundamentalismo islâmico do Aiatolá Khomeíni para derrotar o Xá e, depois disto, em nome do *anti-imperialismo* iraniano. Mas Ali nos expõe também que o *anti-imperialismo* iraniano se mostrou simplesmente um instrumento de mobilização política *interna* para derrotar progressivamente os inimigos dos clérigos, entre os quais, posteriormente, a própria esquerda iraniana se encontraria: o *anti-imperialismo* dos clérigos no Irã acabou por dizimar a própria esquerda anti-imperialista. (ALI, 2002, p. 194-195).

**Luís Edmundo de Souza Moraes** é doutor em História pelo Centro de Pesquisas sobre o Antissemitismo da Universidade Técnica de Berlim. Atualmente é professor de História Contemporânea do Departamento de História e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Coordena o Núcleo de Estudos da Política, NUEP/UFRRJ

Recebido em 03/07/2014

Aprovado em 02/10/2014